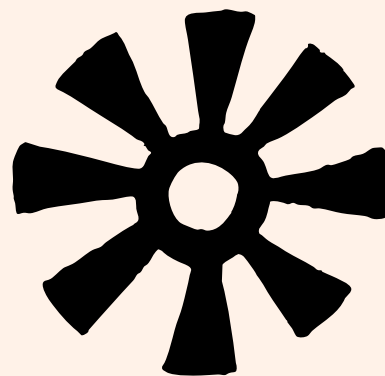




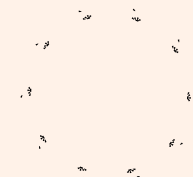
caderno ananse

CAEREEQ UFMG 2024



caderno ananse | CAEREEQ UFMG 2024

Registros para reVerberAções do Curso de
Aperfeiçoamento em Equidade Racial na
Educação Escolar Quilombola da UFMG



Gratidão para continuar a caminhada

Ao final desses 9 meses de muito trabalho em planejamentos e (re)combinações de encontros e de atividades, nosso curso encerra suas ações entregando esse material que registra elementos dessa jornada de estudos, produção de conhecimento e incidência política de professoras e professores pertencentes ou atentos às culturas quilombolas que compõem o estado de Minas Gerais. Perseverantes na luta por uma Educação Escolar Quilombola qualitativa e com a cara de cada comunidade é uma alegria poder dizer que somos gratas e gratos:

À toda equipe pedagógica e executiva deste curso pela oportunidade de aprendizados e construção coletiva. O cuidado e esmero dedicado por cada uma e cada um para a realização de cada atividade refletiu no envolvimento e qualidade técnica da produção de cada teia.

À cada cursista, sua família, sua comunidade e escola que percorreram conosco essa jornada (semanal) de trocas e aprendizados mútuos para a consolidação de uma EEQ territorializada em cada quilombo. Nossa equipe e todo o Programa Ações Afirmativas na UFMG sabem que o desafio de construir uma educação escolar quilombola de qualidade é exigente e poder somar nessa luta com cada uma e cada um de vocês foi um proveitoso investimento!

À SECADI e à Frente Parlamentar em Defesa dos Povos e Comunidades Indígenas e Quilombolas por empenhar esforços para a destinação de recursos financeiros e demais elementos necessários à realização deste curso.

Gilmara Souza e Shirley Miranda
Supervisão e Coordenação Pedagógica CAEREEQ-UFMG





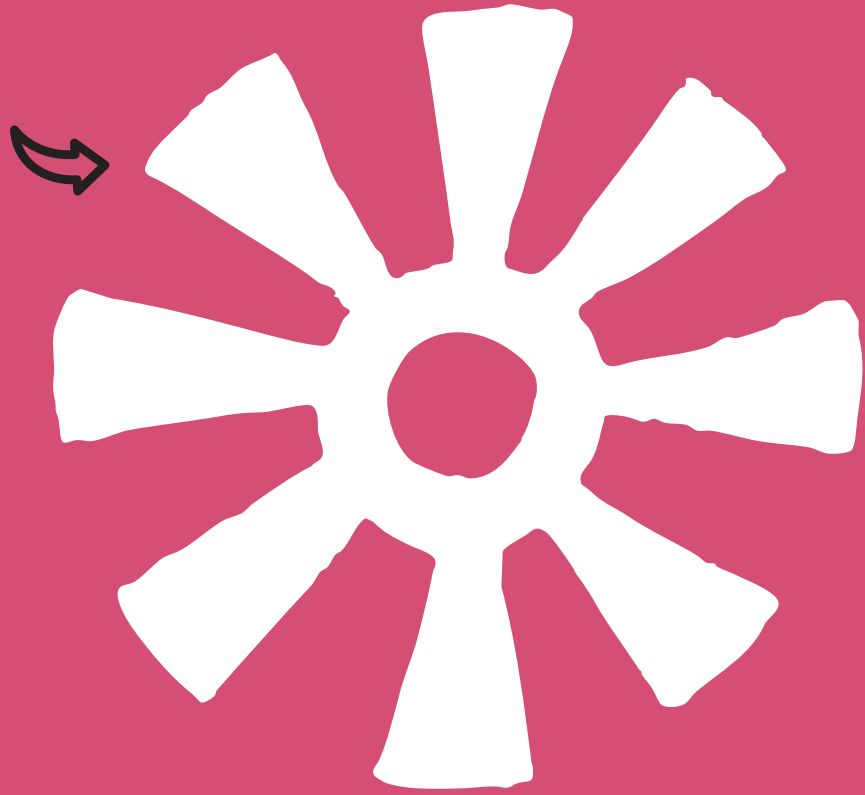
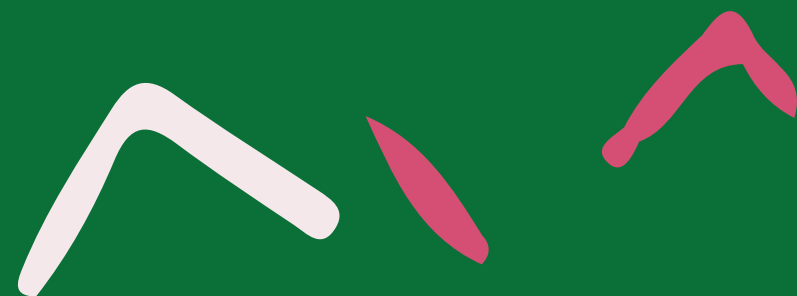




Foto: Arquivo Pessoal de Fernanda Ramos Pereira. Audiência Pública Impasses e Perspectivas da Educação Escolar Quilombola no Norte de Minas Gerais realizada em 15/06/2024 na Cemei Aleixa Rodrigues de Castro - Quilombo de Brejo dos Crioulos, Varzelândia - MG.



APRESENTAÇÃO

Por meio da parceria com a SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação), com a Frente Parlamentar de Povos Indígenas e Quilombolas da ALMG, com a Federação das Comunidades Quilombolas de MG - N'Golo e com a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, o Programa Ações Afirmativas na UFMG realizou a 3ª edição do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola - EEQ com foco na Equidade Racial - CAEREEQ.

O CAEREEQ teve carga horária de 180 h/a e aconteceu entre outubro/2023 e junho/2024, com o objetivo de construir coletivamente uma cartografia da EEQ em MG, observando os indicadores educacionais que precisam ser considerados na implementação dessa modalidade de ensino no estado. Organizado a partir de encontros semanais, aos sábados, ele contou com atividades em quatro teias regionais do estado: Norte, Zona da Mata, Metropolitana de BH e Noroeste de Minas.

As disciplinas para formação das cursistas funcionaram como oficinas que provocaram a produção diagnóstica da situação educacional dos territórios quilombolas que aderiram ao curso. Esse diagnóstico foi sistematizado como a “Cartografia da Situação de Oferta da Educação Quilombola em Minas Gerais” e compõe o quadro de produtos finais do curso. Além deste caderno, são produtos desse curso as Audiências Públicas na Assembleia Legislativa de MG (20/06/2024), no quilombo de Airões (município de Paula Cândido em 15/06/2024) na Zona da Mata e no território quilombola de Brejo dos Crioulos (município de Varzelândia em 15/06/2024) no Norte de Minas que assumiram dupla função: a) debater as estratégias de aprimoramento da qualidade e equidade da EEQ no estado e os desafios para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais em cada município e b) funcionar como a apresenta-

ção do trabalho cartográfico de conclusão de curso.

Este Caderno traz à público um sobrevoo pelas atividades do curso, disponibilizando mapas, produzidos em conjunto com as cursistas, que apresentam camadas de informações base e síntese que cartografam a situação atual da educação nos territórios quilombolas em que houve adesão de professores e professoras a essa formação continuada.

Assim, esta publicação tem a intenção de constituir um instrumento de luta pela melhoria da EEQ, para que docentes e comunidades quilombolas continuem a pautar esse tema nas agendas dos poderes públicos de modo que estes possam ver e ter atenção aos obstáculos no desenvolvimento pleno da EEQ em Minas Gerais, criando soluções junto às comunidades.

Foto: Arquivo pessoal de Lúcia Aparecida. Visita de cursista da Teia RMBH ao Quilombo de Pontinha em 15/06/2024.



Foto: Arquivo pessoal de Carina Veridiano. Audiência Pública Impasses e Perspectivas da Educação Escolar Quilombola na Zona da Mata de Minas Gerais, realizada em 15/06/2024 na E. E. José Maurício Valente, no Distrito de Airões – Paula Cândido – MG.





Foto: Arquivo Pessoal do Grupo Ganga Zumba -
Quilombo de Fátima em Ponte Nova - ZM



SOBRE O CAEREEQ

Os quilombos no Brasil constituem um fenômeno histórico e político construído desde a diáspora africana em imbricação com a resistência e luta do povo negro pela emancipação da estrutura escravista. O reconhecimento dos quilombos como grupo formador da sociedade brasileira conforme o Art. 216 da Constituição Federal, contribuiu para a visibilidade das comunidades negras que resistiram aos artifícios de apagamento material e simbólico a que foram submetidas.

Em 2010, a educação escolar quilombola passou a figurar como modalidade de ensino com a Resolução CNE nº 4/ 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Em 2012 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola por meio da Resolução CNE/CEB nº 8 de 2012 e do Parecer CNE/CEB nº 16/2012. A formação continuada de professores e professoras tem sido uma estratégia fundamental para a implantação dessas Diretrizes.

Teia do Tempo

**2003
e 2008**



Aprovação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 que altera o Art 26A da LDB 9.394/96 que introduz a obrigatoriedade do estudo e ensino das culturas africanas, afro-diaspóricas e indígenas na Educação Básica brasileira;

2010



Instituição da modalidade de educação escolar quilombola através da resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

2011



Início de [pesquisas do Programa Ações Afirmativas na UFMG](#) sobre a implantação da modalidade de Educação Escolar Quilombola no estado de Minas Gerais;

2012



Homologação do [Parecer CNE/CEB 16/2012](#) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola - DCNEEQ;

2014



Início do KIZOMBA | Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola da UFMG que aconteceu nas cidades polos de Januária (Norte) e Berilo (Vale do Jequitinhonha);



2015



Criação do Grupo de Trabalho de Educação Escolar Quilombola na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - [GT Quilombola da SEE MG](#);

2018



Início do Afirmando Direitos | Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola da UFMG que aconteceu nas cidades polos de Januária (Norte), Paracatu (Noroeste) de Belo Horizonte (RMBH);

2023



Início das atividades de planejamento do CAEREEQ | Curso de Aperfeiçoamento em Equidade Racial na Educação Escolar Quilombola da UFMG;

2024



Envolvimento de 147 cursistas do CAEREEQ em encontros síncronos e assíncronos para construção da Cartografia da EEQ em MG.

Dados dos Cursistas



207

nº de cursistas



147

nº matrículas



97

concluintes

Perfil dos Cursistas



67,3%

docentes quilombolas



88,4%

mulheres



91,8%

pessoas pretas ou pardas



89,5%

são cristãs católicas e evangélicas



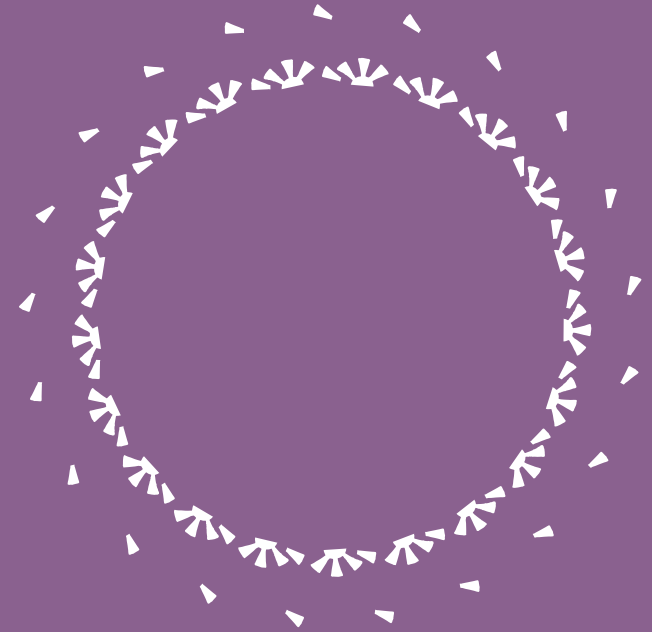
89,5%

das docentes quilombolas atuam em escolas dentro do próprio quilombo





Foto: Arquivo Pessoal de Edvalda Maria - Associação Quilombola do Córrego do Meio em Paula Cândido - Zona da Mata



PROCESSO DE FORMAÇÃO

Com base em pesquisas e cursos precedentes consideramos que professores e professoras quilombolas podem estabelecer o elo entre a escola e a comunidade. Essa relação é indispensável na consolidação de “pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade” (BRASIL, 2012). Desse modo, o curso foi destinado, prioritariamente, a docentes quilombolas em quatro regiões do estado de Minas Gerais: Região Metropolitana de BH, Região Noroeste, Região Norte, Zona da Mata.

Inicialmente configuradas como pólos educacionais, no decorrer do curso percebemos que as distâncias geográficas entre as comunidades são ampliadas pelas condições de acesso, como ausência de estradas e transporte público. As conexões entre as/os cursistas, as especificidades de cada região e a forma como elas/es lidavam com cada uma das questões de obstáculo e de aprendizado sobre as matérias do curso também nos fizeram perceber a pertinência de readequação da organização do curso de polos para TEIAS.

Assim, nos inspiramos na simbologia Adinkra da ANANSE (teia de aranha) que, dentre outras coisas, carrega os significados da complexidade da vida, da sabedoria e da criatividade. Por isso, escolhemos como linguagem e metodologia de trabalho no curso a noção de teias, ou seja, fios que se articulam pelos conhecimentos partilhados nas regiões, pelas lutas por acesso a direitos e pelas relações com o território entendido como lugar de pertencimento, de apropriação e de vida. Essas linhas estabelecidas contextualmente delineiam os jeitos de VER, RECONHECER, CONECTAR e REVERBERAR a sabedoria e criatividade da EEQ presente nas teias.

Entendemos que muitos elementos compõem a construção ativa e cotidiana da EEQ. Esse curso buscou sistematizar alguns desses elementos para que as dimensões ausentes e

emergentes dessa modalidade se tornassem visíveis à compreensão da Política e seus órgãos administrativos. A EEQ é complexa e intrinsecamente conectada ao território, às lutas, à cultura e à memória quilombola. Por isso o nome deste material é CADERNO ANANSE, é uma apresentação dos processos de produção e registros dos diagnósticos e da cartografia do CAEREEQ.



“O conhecimento, ligado ao comportamento do homem e da comunidade, não é uma matéria abstrata que possa ser isolada da vida. Ele deve implicar uma visão particular do mundo e uma presença particular nesse mundo concebido como um todo em que todas as coisas se ligam e interagem.”

(Nei Lopes. Kitabu: O livro do saber e do espírito negro-africanos, 2005.)

Teia é a forma/perspectiva que organizamos a formação das turmas do curso. Surgiu a partir da anamnese - formulário de diagnóstico inicial feito para conhecermos as cursistas, os territórios e escolas que compõem suas realidades locais. Em cada Teia buscamos conhecer o que docentes quilombolas tinham a dizer sobre a escola quilombola que atuam.

O diagnóstico apresentou aspectos da educação escolar quilombola, explicitando os pontos de tensão para sua implementação. Sendo a escola uma instituição que compõem, e/ou deveria integrar a paisagem das comunidades quilombolas, concebemos um modo de cartografia, inspirado no modelo de cartografias sociais participativas acionadas como estraté-

gia pedagógica. Colocamos à disposição das/dos cursistas as ferramentas para análise e produção de novos indicadores que pudessem configurar não somente a falta ou ausência, mas também aspectos relevantes da educação quilombola que não são comumente considerados como indicadores educacionais.

Disciplinas do CAEREEQ:



Direitos Quilombolas, Políticas Sociais e Gestão da EEQ;



Produção de Diagnósticos;



Análise de Indicadores Educacionais;



Cultura, Memória Quilombola e Territorialidades Formativas;



Interculturalidade, Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista;

Cartografia da Educação Escolar Quilombola.

As disciplinas constituíram-se como oficinas para a produção de evidências sobre a relação entre a escola e as comunidades quilombolas. Optamos pela produção de diferentes diagnósticos [sobre instrumentos normativos; atendimento escolar; condições estruturais das escolas; quadro de profissionais; conteúdos pedagógicos, carreira docente, práticas culturais do território, dentre outros temas] para compor nossa cartografia sobre as medidas necessárias à implementação das DCNEEQ.

Durante os quatro primeiros encontros do curso, buscamos ouvir e dialogar sobre os entendimentos prévios do conceito e de práticas com cartografia. Nesse contexto, observamos que 75% das cursistas ainda não haviam realizado nenhum mapeamento em comunidade quilombola e 69,3% da turma nunca utilizou ferramentas de mapeamento (sejam estas analógicas ou digitais). No entanto, 53,3% das/os cursistas compreendem que “se a cartografia fosse uma chave, a porta que elas(es) abririam” seria a de fortalecimento de suas comunidades nas lutas junto ao Poder Público.

1 Conheça as outras respostas da turma de cursistas para essa questão acessando o link do gráfico: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vSLco6brADn5ywML2A-ZffbEeg9WJM5R-fluOs0KcLmI0mN8Jko-40MoXOBvyvZ2NdVjuOpckwXO25SQ/pubchart?oid=2140140966&format=interactive>

Isso corrobora a importância do curso, que contribuiu para o processo de produção de dados e divulgação científica sobre o atual estado da EEQ em MG, em diálogo com movimentos sociais e poder público estadual e municipal, focalizando os avanços e os desafios da implantação dessa modalidade de educação. Por isso, a apresentação e avaliação dos trabalhos finais da cartografia aconteceram em audiências públicas.

Dessa forma, as/os docentes formadoras/es das disciplinas propuseram perguntas, análises e pesquisas que orientaram a realização dos seguintes produtos do curso:

- Produção de diferentes diagnósticos sobre construção de indicadores da EEQ a partir das camadas de Território, Direitos e Educação (Escolas e Docência) Quilombola;
- Realização de Audiências Públicas sobre Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: os diagnósticos realizados no curso compõem a cartografia sobre aspectos da EEQ que explicitam os pontos de tensão para sua implementação. As audiências públicas buscaram dinamizar o controle social da educação escolar quilombola, entendida como dispositivo da política social de igualdade racial no Brasil. Por isso, foram realizadas em diálogo com a organização social das comunidades remanescentes de quilombo e;
- Organização desta publicação contendo os mapas apresentados nas audiências públicas.

De modo a valorizar o trabalho coletivo e a produção científica e autoral das teias para a incidência nas políticas públicas, a equipe pedagógica cumpriu junto às/aos cursistas o seguinte cronograma:



Outubro/2023 a Janeiro/2024

Planejamento e Inscrições.



Fevereiro a Junho/2024

Realização das disciplinas, entregas de atividades, encontros das teias e produção das cartografia.



Junho/2024

Audiências Públicas (seminário final) do CAEREEQ em quilombos e na ALMG intitulados: “Impasses e perspectivas no atendimento ao direito à modalidade de educação escolar quilombola em MG”.



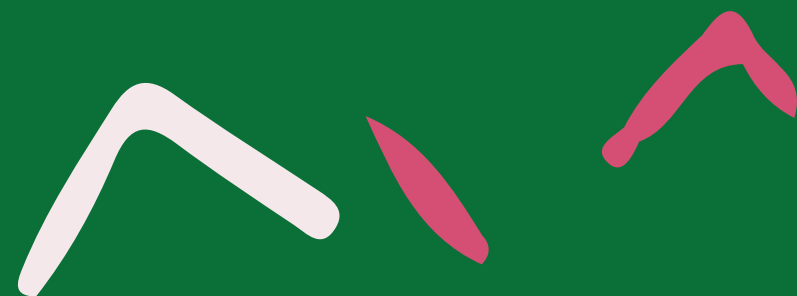
Julho a Setembro/2024

Certificação de cursistas e docentes.



Junho a Dezembro/2024

Produção e finalização deste caderno.



TEIAS DO CAEREEQ

A partir do diálogo com a N'Golo, a demanda para a realização desse curso nas quatro regiões em que este aconteceu foi levantada e as tutorias regionais foram indicadas e convidadas a integrar a equipe formadora, mobilizando e acompanhando a participação das cursistas. As tutorias também foram um importante elo para a produção da cartografia e das audiências públicas de encerramento do curso.

A seguir estão alguns dados sobre a composição de cada teia, bem como, a palavra das tutorias. No mapa-base você pode ler os textos das/os cursistas que descrevem os pontos mapeados nos exercícios de construção das camadas.

Perfil de cada Teia do curso



43 comunidades
inscritas no
curso



39 comunidades
matriculadas no
curso

Comunidades referência da escola ou
de pertencimento da/do docente

03 comunidades Teia Noroeste

12 comunidades Teia Zona da Mata

18 comunidades Teia Norte

06 comunidades Teia RMBH

Teia Norte


TUTORIA: Robeilto Borges e Wendel Lima

 **66** cursistas matriculados

 **55** cursistas concluintes

 Banner Teia Norte CAERREQ

 **1**
1,5%
indígena


 **52**
78,8%
preto

 **13**
19,7%
pardo

 **56**
84,8%
mulheres

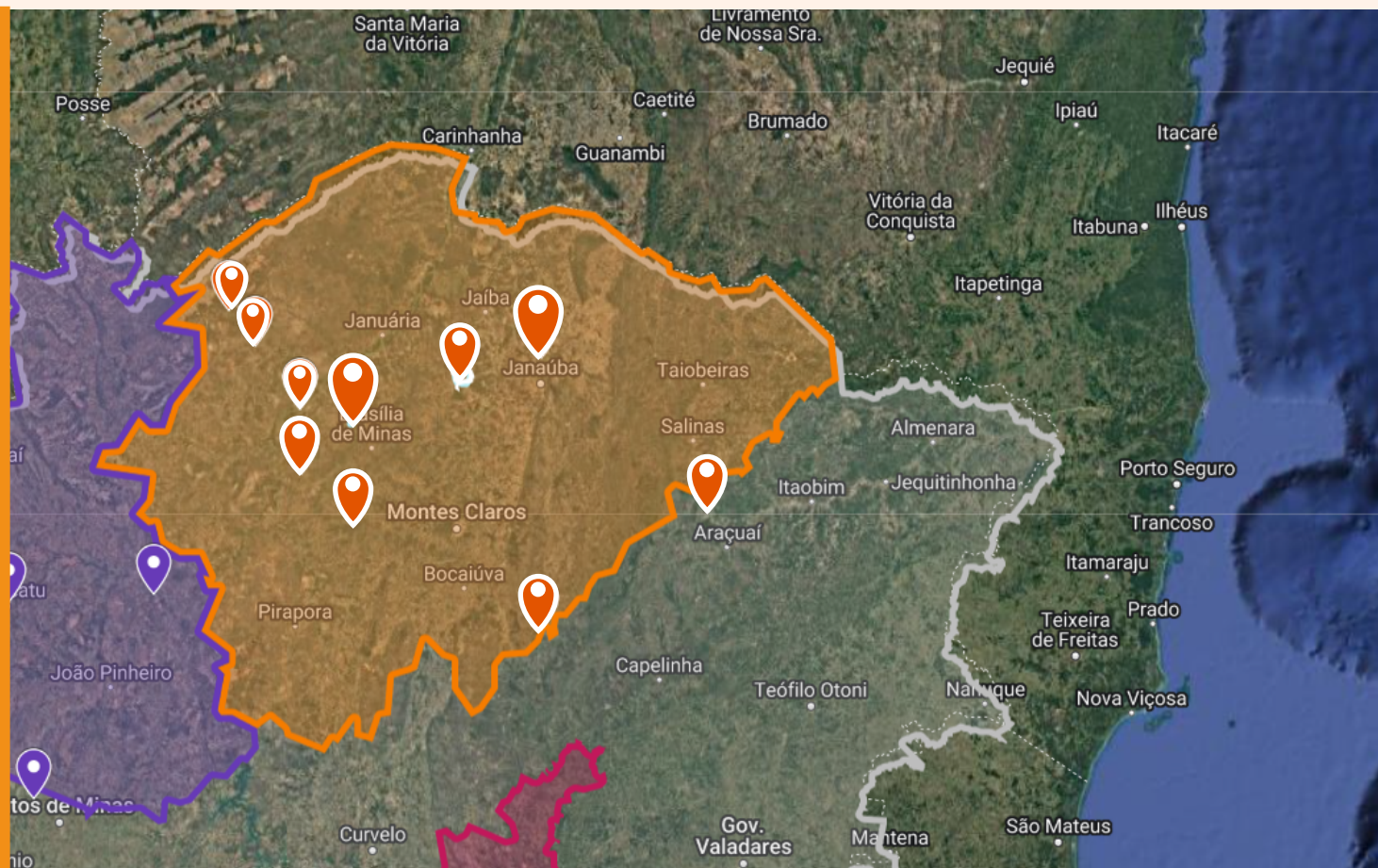
 **10**
15,2%
homens

 **64**
97%
quilombola

 **2**
3%
não- quilombola


18 quilombos

- Brejo dos Crioulos 24 cursistas
- Furado Modesto 1 cursista
- Gerais Velho 2 cursistas
- Caetetus 1 cursista
- Ribeirão do Arapuim/ Brejo 2 cursistas
- Araruba/ Brejo 3 cursistas
- Macaúbas Curral 1 cursista
- São Geraldo 2 cursistas
- Bom Jardim da Prata 1 cursista
- Buriti do Meio 6 cursistas
- Mata Nova/ Brejo 1 cursista
- Serra D'água 1 cursista
- Furado Seco/ Brejo 6 cursistas
- Bem Viver (Vila Nova dos Poções) 1 cursista
- Benedito Costa 1 cursista
- Barro Vermelho 1 cursista
- NA 2 cursistas
- Mutuca de Cima 1 cursista
- Orion/Brejo 9 cursistas



Teia Noroeste

TUTORIA: Nathiele Macedo e Lara Luiza


 **18** cursistas matriculados

 **02** cursistas concluintes


 **15**
83,3%
mulheres

 **3**
16,7%
homens

 **8**
44,4%
quilombola

 **10**
55,6%
não- quilombola

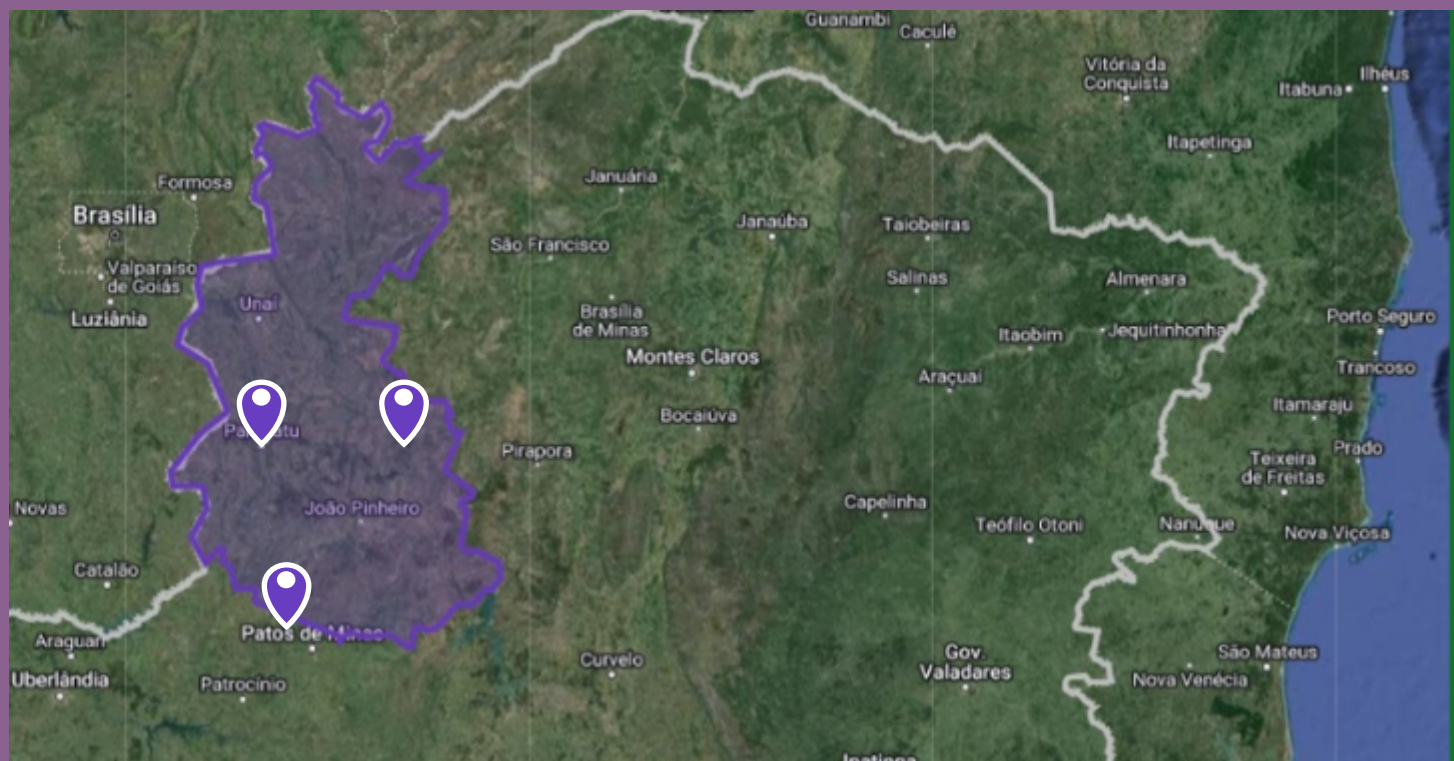
 **4**
22,2%
branco

 **5**
27,8%
preto

 **9**
50%
pardo

03 quilombos

- Não Quilombola 10;
- São Domingos 3;
- Barro Vermelho II 1;
- Prata 4;



Teia RMBH

TUTORIA: Miriam Aprício


 **28** cursistas matriculados

 **15** cursistas concluintes



Banner Teia RMBH CAERREQ

 **8**
28,6%
quilombola

 **20**
71,4%
não- quilombola

 **21**
75%
preto

 **7**
25%
pardo

 **27**
96,4%
mulheres

 **1**
3,6%
homens

04 quilombos

- Quilombos: 04
- Não Quilombola 19
- Pinhões 3
- Pontinha 3
- Família Mattias 1
- Arturos 1



Teia Zona da Mata



TUTORIA: Carina Veridiano e Diana Barbosa


 **35** cursistas matriculados


 **25** cursistas concluintes

 **31**
88,6%
mulheres

 **3**
8,6%
homens


 **1**
2,9%
outro

 **19**
54,3%
quilombola

 **16**
45,7%
não- quilombola

 **7**
20%
branco

 **20**
57,1%
preto

 **8**
22,9%
pardo

12 quilombos

- Não Quilombola 15
- Fonseca 1
- Quilombo de Fátima 2
- Quilombo do Areião 1
- São Sebastião da Boa Vista - Corujas 1
- Vila Santa Efigênia e adjacências (Crasto, Embaúba e Engenho Queimando) 1
- Conceição do Formoso 1
- Comunidade Quilombola de Bacalhau / Santo Antônio do Pirapetinga 3
- Córrego do Meio 6
- Colônia do Paiol 1
- Namastê 3
- Buieié 1
- Santo Antônio do Guiné
- (Catanho) 1



Adiante apresentaremos os mapas produzidos nesse exercício de cartografar. Enfatizamos que não procedemos a um levantamento quantitativo de informações que possam ser comparadas.

E não tivemos a intenção de descrever como é o território quilombola e sim, como professores e professoras veem os territórios. O que elas e eles conhecem?



Foto: Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura - Quilombo São Domingos em Paracatu.





Foto: Arquivo Pessoal de Lucas Paulo - Comunidade Quilombola São Sebastião da Boa Vista- Coruja em Santos Dumont - Zona da Mata



CARTOGRAFIA SOBRE ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA



Contemporaneamente, a discussão sobre a prática cartográfica tem se detido sobre aspectos éticos e políticos que engendram a representação do espaço. São problematizados os usos dos resultados e a produção dos mapeamentos por diferentes sujeitos políticos em complexas relações de poder nas quais a apropriação territorial mostra-se relevante.

Assim, a vitalidade dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, aliada à produção acadêmica sintonizada com essas organizações tem gerado a transformação de demandas sociais em políticas públicas por meio da utilização de diferentes processos de “mapeamento participativo”, notadamente os que implicam no reconhecimento de novas territorialidades (terras indígenas, quilombos, reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento extrativista, projeto de desenvolvimento sustentável, assentamento florestal) e ordenamento territorial.

Inspiradas pelo conceito de cartografia social, a cartografia participativa foi acionada como estratégia pedagógica do curso. Partimos da compreensão de que a linguagem cartográfica é um instrumento de resistência e fortalecimento de lutas sociais por direitos para as comunidades quilombolas. A partir da produção de diferentes diagnósticos [sobre instrumentos normativos; atendimento escolar; condições estruturais das escolas; quadro de profissionais; conteúdos pedagógicos], o objetivo geral do curso foi compor uma cartografia das medidas necessárias à implementação das DCNEEQ.

Quem se autoriza ou está autorizado a registrar os limites e as características de determinado território? Quais interesses ficam explícitos ou não na produção de mapas de territórios violentados pela mineração, grilagem ou agronegócio? Pode uma comunidade quilombola representar cartograficamente seu território e assim constar nos registros oficiais?

Quais elementos sociais podem ser representados graficamente e quais carecem de reinvenção da linguagem? O que das comunidades quilombolas escapa à linguagem hegemônica de produção cartográfica? O que é imprescindível para ser representado? Essas e outras questões decorrentes movimentaram os diálogos durante a disciplina de Cartografia da Educação Escolar Quilombola, na qual trabalhamos os conceitos de cartografia e poder; territorialização e desterritorialização; territórios negros e afrodiáspora. Através da análise de dados produzidos sobre a EEQ proporcionada pelas atividades das outras disciplinas do curso, esta matéria trabalhou de forma transversal sistematizando a discussão e produção da cartografia da EEQ para apresentação nas Audiências Públicas ao final do curso.

Nosso primeiro desafio foi entender como conceber a construção dessa cartografia coletivamente, diante de algumas questões como: logística complexa; acesso desigual às plataformas digitais e dificuldade de acesso à internet de qualidade nos territórios participantes. Diante disso, optamos pela utilização da plataforma Google My Maps. Por ser uma ferramenta relativamente simples, se mostrou eficaz na catalogação dos dados dos territórios, permitindo uma participação mais efetiva dos sujeitos sociais e rápido acesso ao que foi produzido.

Apesar dos desafios e obstáculos impostos às/aos cursistas pela parca qualidade da internet em seus territórios, conseguimos cumprir nosso primeiro exercício que foi de ensino e utilização da plataforma de mapeamento que adotamos, para a marcação do ponto “meu quilombo” no mapa-base do curso pelas/os cursistas. No entanto, foi inviável contar com a rede de internet das/dos cursistas para a marcação dos demais pontos nos mapas. Em praticamente todos os encontros online que realizamos, as/os cursistas não podiam abrir o recurso de vídeo da chamada, pois isso causava um aumento no fluxo

de dados que inviabilizava a permanência durante a reunião online. Assim, optamos por construir junto às outras disciplinas formas de registro dos dados e dos textos que caracterizam cada ponto demarcado, em formulários e relatórios offline.

Neste sentido, esta disciplina sistematizou dois grandes produtos. O primeiro, denominado Mapa-Base, que se configura como um compilado dos indicadores da EEQ apontados nas disciplinas atinentes às relações de território e direitos quilombolas. O segundo produto intitulamos Mapa-Síntese, por expressar os elementos de análise estabelecidos a partir do trabalho realizado com o Mapa-Base, ou seja, o processo de enunciação das teias sobre suas demandas, boas práticas e interdições elencadas para constar na pauta das audiências públicas. Cada um dos mapas se estrutura em três camadas, a saber:

Mapa-Base



Camada Território: expõe os dados produzidos no âmbito das disciplinas de Cultura, Memória Quilombola e Territorialidades Formativas e Interculturalidade, Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista;



Camada de Direitos: trabalhamos com as informações levantadas a partir da disciplina Direitos Quilombolas, Políticas Sociais e Gestão da EEQ em diálogo com as disciplinas Produção de Diagnósticos e Análise de Indicadores Educacionais;



Camada de Educação (Escolas e Docência): articulamos os dados produzidos pelas disciplinas Direitos Quilombolas, Políticas Sociais e Gestão da EEQ e Cultura, Memória Quilombola e Territorialidades Formativas.

Mapa-síntese



Camada Denúncia: O que não está acontecendo para a implementação da EEQ?



Camada Renúncia: Do que é preciso abrir mão para avançar na implementação da EEQ?



Camada Anúncio: O que está dando certo na implementação da EEQ?

De maneira geral, os mapas apresentam diferentes categorias de informação nas quais se inserem os dados e seus textos descritivos. Cada categoria possui um pequeno botão quadrado (à esquerda da tela) que pode ser ligado e desligado conforme o interesse de leitura de cada usuário. Observando as legendas você verá alguns itens como:

- **Teias:** Compreende os limites territoriais de Minas Gerais e das mesorregiões onde o curso se desenvolveu. Cada uma contém seu texto informativo.
- **Camadas:** Contém textos informativos e ícones representativos de cada camada.
- **Cores:** As cores das teias de territórios e ícones das camadas inscritos nos mapas foram escolhidas a partir de uma ideia de complementaridade e diálogo entre si. Não trabalhamos com a tríade de cores primárias porque entendemos a limitação do tempo da formação e desse material para pretendermos expressar o elemento que caracteriza/fundamenta cada uma das comunidades que participaram. Assim, escolhemos a partir da paleta de cores ofertada pela plataforma Google Sala de Aula as cores que diferenciam cada teia.
- **Ícones:** Diante da originalidade do curso e sua potência política e pedagógica, compreendemos a necessidade de criar uma produção iconográfica específica e sensível aos contextos que foram cartografados. Deste modo, desenvolvemos os seguintes ícones:



Território: Nesta camada estão inseridos os lugares de memória e práticas culturais informados (ou não) pelas cursistas sobre sua comunidade. Para representá-lo, utilizamos o adinkra Kyemfere (em tradução livre do provérbio Akan: “O caco de cerâmica afirma que é velho; imagine o oleiro que o moldou?”), cujo significado simboliza a experiência, o conhecimento, o serviço, a antiguidade, o tempo, a herança e a raridade que se adquire ao longo da vida.



Direitos Quilombolas: representado por um punho cerrado que se ergue de um livro aberto, diz sobre a mobilização social para ampliação da conquista de direitos em construção.



Educação (Escolas e Docência): visto que o elo entre as práticas sociais da comunidade e as práticas pedagógicas da EEQ tem sido feito pela atuação das docentes, em sua maioria mulheres negras (não por acaso o maior quantitativo das nossas cursistas é composto por este perfil), buscamos evidenciar esta realidade retratando o protagonismo de uma professora negra em sua sala de aula. Na lousa, o adinkra Kyemfere simboliza os valores da territorialidade que se fazem presentes na EEQ. O ícone em forma de círculo, marca as escolas com dados completos, enquanto que o da forma quadrada marca as escolas citadas que não possuem muitas informações.



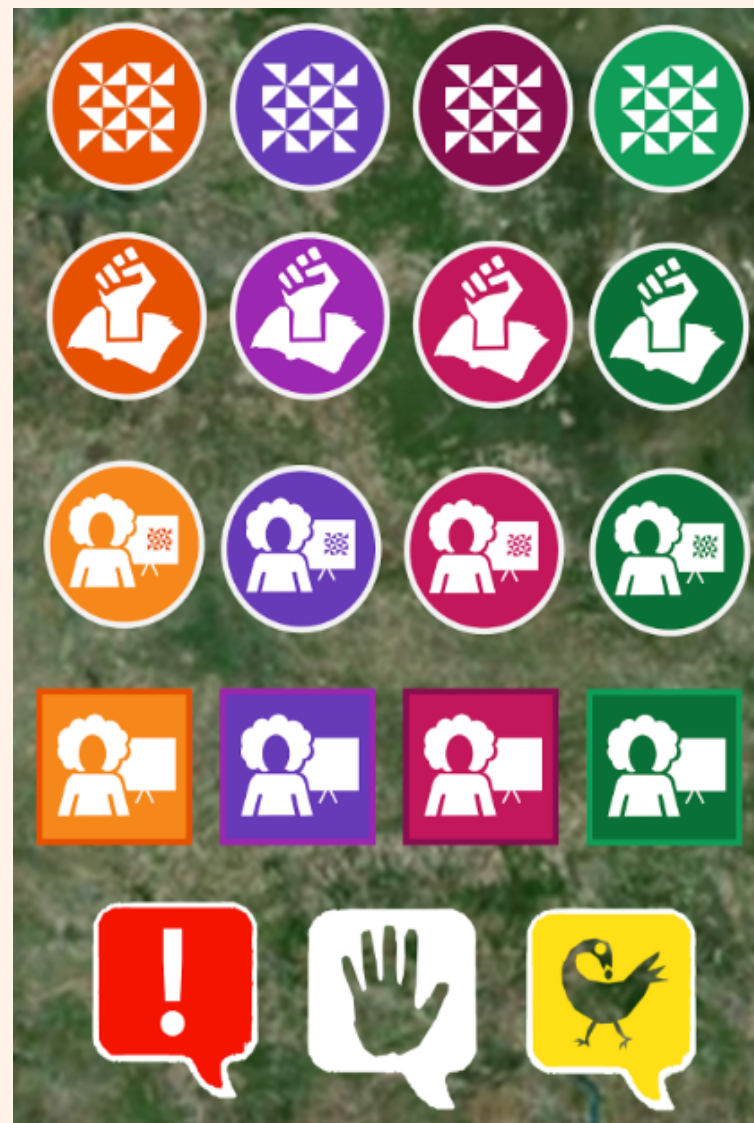
Renúncia: uma mão que diz basta às soluções/respostas governamentais que não se efetivam, isto é, aquilo que é preciso abrir mão para avançar na implementação da EEQ.



Anúncio: representada pelo pássaro mítico do adinkra Sankofa, este ícone se refere às associações de vínculo identitário (lugares de atuação política e de referência na construção de valores da educação quilombola), mestras/es da cultura quilombola e espaços de educação comunitária. Simboliza o caminhar para frente sem se esquecer do passado, carregando consigo a semente do futuro.*



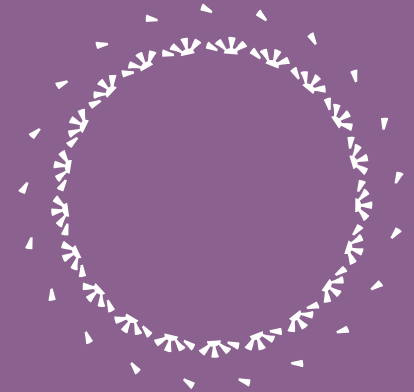
Denúncia: utilizamos um ponto de exclamação para marcar o que está acontecendo e não deve mais acontecer. As/os cursistas fazem alertas para indicar os pontos de atenção que devem ser priorizados para o cumprimento do Direito à Educação Escolar Quilombola e melhoria dos serviços e das políticas educacionais.



Ícones desenvolvidos para a cartografia. 2024.



Foto: Arquivo Pessoal de Mônica Messias - Quilombo urbano do Bairro de Fátima em Ponte Nova -



MAPA BASE E SUAS CAMADAS



“Mapa-Base”

Compreendemos a utilização da linguagem cartográfica enquanto uma possibilidade de leitura e compreensão da histórica e ativa produção e organização de determinado território por seus sujeitos sociais. Esse curso se estruturou em função da produção de diagnósticos sobre EEQ nos territórios que aderiram à formação, portanto, atentas aos diálogos junto às/os cursistas, a equipe pedagógica observou o surgimento e reverberação de alguns conceitos que observados de maneira dinâmica indexam camadas de informações pertinentes aos assuntos que tratamos nas disciplinas. A partir da análise das respostas dos exercícios realizados foi possível estabelecer indicadores da EEQ expressos nas seguintes camadas base:

1. Camada de Território

Diz sobre os modos ancestrais de conhecer e narrar a conquista e constituição do território; modos de identificação daquilo que não é dito, que está ausente e se faz emergente; modos de afirmação da identidade territorial; modos de narrar histórias de vida dos seres vivos e seus feitos na comunidade.

As disciplinas de *Cultura, Memória Quilombola e Territorialidades Formativas e Interculturalidade, Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista* realizaram atividades e discussões que configuraram os dados que compõem essa camada, observando os seguintes indicadores:

1º

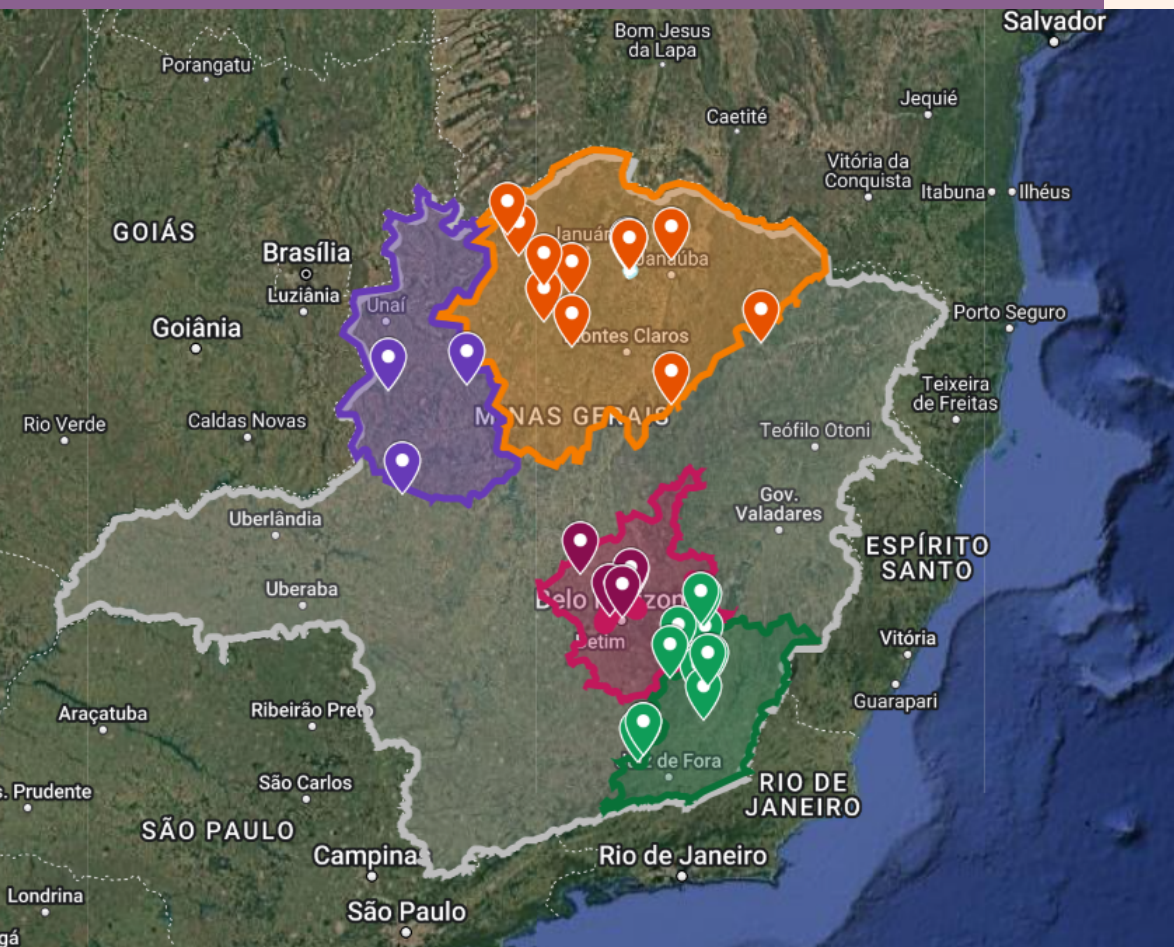
Caracterização e reflexão sobre as narrativas que tecem a história do quilombo, a partir das suas memórias, culturas e práticas sociais.

2º

Caracterização dos saberes, lugares, espaços e patrimônios da comunidade.

3º

Caracterização dos lugares e as práticas mapeadas no território que estão em diálogo com a escola.



Frame do mapa base focalizando todos os pontos da camada Território nas quatro teias do curso. Acervo do CAEREEQ. 2024.

Essa camada se constitui a partir da disciplina *Cultura, Memória Quilombola e Territorialidades Formativas*, que apresentou durante seu curso discussões que contribuíssem com a elaboração da cartografia, através do levantamento de dados para emergência de elementos que fomentaram a **CAMADA TERRITÓRIO**.

Partindo de uma análise crítica da construção historiográfica hegemônica, e expandindo por discussões acerca dos processos de produção de saberes focalizados a partir das Ações dos Sujeitos Sociais e da memória social e coletiva; dos Lugares de memória; Espaços Formativos; produção de Território e Territorialidades; (Des)re-territorialização; Conhecimentos indígenas e afrodiaspóricos; Territórios negros rurais e urbanos como patrimônios e construção de espaços simbólicos, foi possível levantar diferentes componentes da memória social e coletiva dos quilombos, apresentando as formas de existência da população negra/quilombola brasileira, que compareceram neste curso representadas pelas 39 comunidades participantes.

Com uma composição diversa, os quilombos urbanos e rurais trocaram experiências e dividiram reflexões sobre suas culturas e memórias que formam estes territórios tradicionais. Por meio das manifestações e práticas culturais e sociais, compartilhadas pelo corpo discente do curso, a partir das suas memórias, culturas e práticas sociais, buscamos compreender as narrativas que tecem a História dos quilombos que

comparecem nesta camada. Sinalizando, assim, para a valorização da cultura e práticas sociais quilombolas como a resistência desses povos são constitutivos da sociedade que habitamos.

Débora Rodrigues Azevedo
Professora Formadora

2. Camada de Direitos

A disciplina de *Direitos Quilombolas, Políticas Sociais e Gestão da EEQ* organizou essa camada no intuito da construção dos seguintes indicadores:

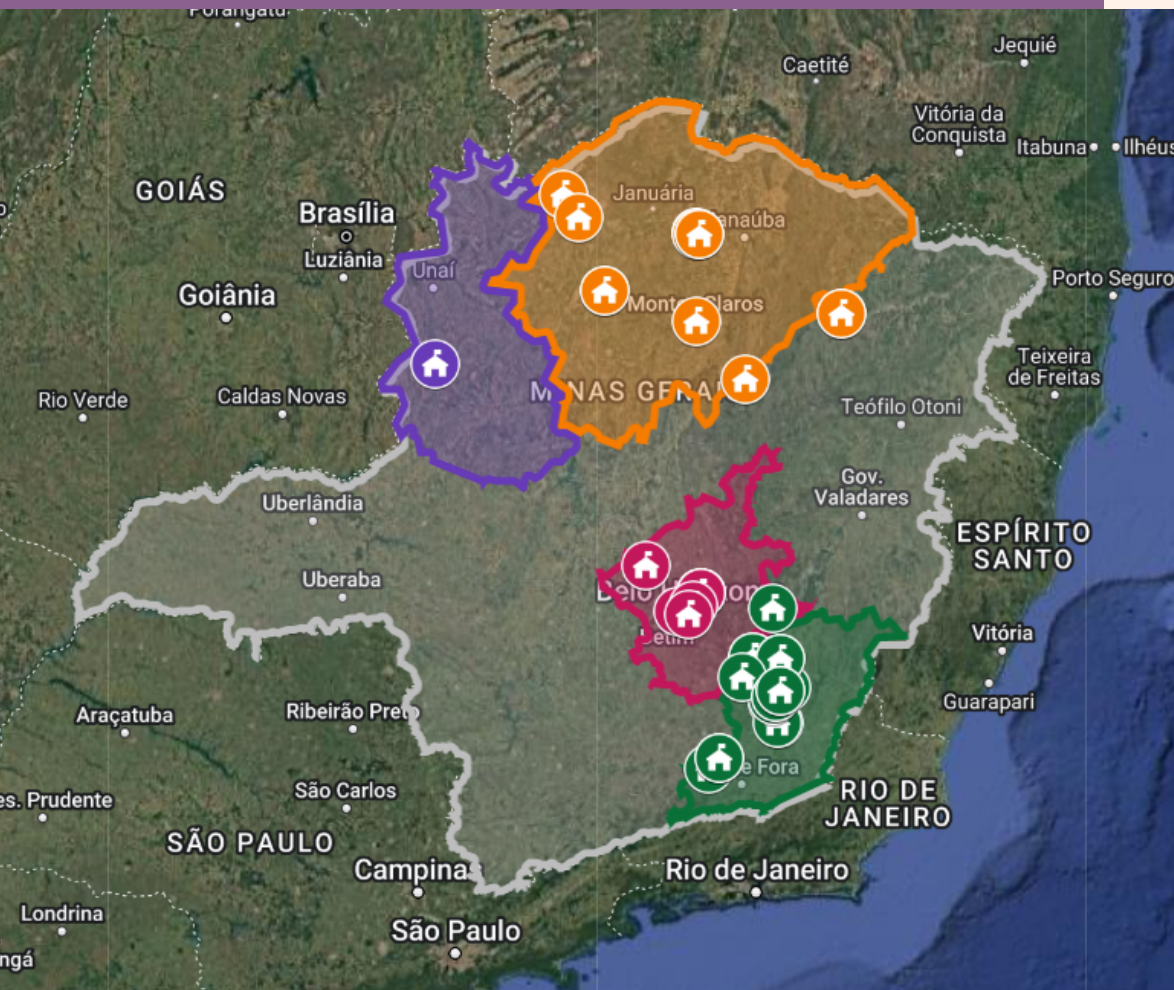
4º **Movimentos sociais**, dimensões de participação e controle social, a partir das seguintes questões:

1. Quais as formas de organização dos movimentos sociais em seu território?
2. Como as lideranças quilombolas se fazem ouvir pelo poder público?

3. Nas audiências públicas e debates públicos na câmara dos vereadores de seu município há a discussão sobre a Educação Escolar Quilombola?
4. Existem conselhos regionais de educação e/ou outras instâncias de participação social em seu município? A pauta da educação escolar quilombola está presente?

5º **Sistema de Ensino**: O lugar da EEQ dentro da estrutura educacional do município, provocando as seguintes reflexões:

5. Como a Modalidade EEQ está organizada dentro do sistema municipal de educação de seu município?
6. Quais recursos financeiros são atribuídos exclusivamente à modalidade dentro do sistema municipal e/ou estadual de educação?
7. Há demarcação da identidade quilombola nas normativas e orientações legais para a educação em seu município/estado?
8. Em quais dimensões o recente Censo Quilombola pode ser incorporado como estratégia de potencialização da política de EEQ?



Essa camada se constituiu a partir da disciplina Direitos Quilombolas, Políticas Sociais e Gestão da EEQ buscou trazer para reflexão elementos constitutivos do campo das políticas públicas educacionais em diálogo com as ações reivindicadoras e formadoras dos movimentos negro e quilombola.

Foram pontos de estudo na disciplina: A histórica desigualdade sociorracial da população negra brasileira: racismo estrutural. Direitos quilombolas e caracterização das comunidades remanescentes de quilombo e políticas para esse segmento a partir da Constituição Federal de 1988. Arcabouço jurídico da Educação Escolar Quilombola nas três esferas de governo. Instrumentos normativos em relação com EEQ (Convenção 169 da OIT e Planos de Consulta Livre e Informada; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentária; Programa Nacional de Segurança Alimentar e Programa Nacional de Alimentação; Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; Legislação Ambiental.

A disciplina buscou: Situar aspectos estruturais da dinâmica sócio-econômica e cultural pós abolição formal da escravidão no Brasil constitutivos desigualdade social da população negra brasileira (racismo estrutural); Refletir sobre as comunidades remanescentes de quilombo e identidade quilombola desde as políticas de reconhecimento de direitos levadas a efeito pelos

movimentos negros contemporâneos, em especial movimento quilombola em suas variadas formas de organização coletiva; Situar a política de educação escolar quilombola na educação básica no âmbito das políticas de igualdade racial considerando: a intersectorialidade na gestão pública; o protagonismo das comunidades quilombolas nas políticas e projetos sociais que lhes dizem respeito (Convenção 169/ OIT); a interseccionalidade na garantia de direitos; aproximações com conteúdos e estratégias da educação escolar indígena; dispositivos de gestão da política educacional.

Para tanto, partindo da reflexão de Sueli Carneiro (2003) acerca do Racismo estrutural e do conceito de Movimento Negro Educador de Nilma Lino Gomes (2019) deu-se início à uma construção reflexiva e prática que buscou perceber na realidade de cada teia quais aspectos demarcam a constituição da modalidade a partir da constatação das marcas das desigualdades históricas e também da percepção dos movimentos de reação a essas desigualdades, sobretudo no campo do direito à educação. Ainda, a pesquisa realizada por Cunha (2022) sobre o cenário político educacional de Minas Gerais entre os anos de 2015 - 2019 demarca o processo de institucionalização da modalidade no contexto do estado e traz aspectos importantes que dizem de como esse processo se deu de forma peculiar, trazendo para a constituição da modalidade a premissa do “preferencialmente quilombola” como ponto crucial que interliga, na política, o território e a organização escolar. O aporte teórico citado permitiu-nos uma leitura mais apurada das legislações que antecedem a promulgação das diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola e também do movimento do qual essas legislações decorrem.

Com foco nestes objetivos, e considerando a linha teórica adotada, foram propostos três exercícios de pesquisa e observação com a finalidade de construir indicadores, em cada

teia, acerca da organização política da modalidade EEQ em cada região com representatividade no curso. O primeiro como enfoque nos Movimentos sociais e as dimensões de participação e controle social; o segundo visando o Sistema de Ensino e no lugar da EEQ dentro da estrutura educacional do município. E o terceiro buscando analisar as Diretrizes e normativas na organização escolar no PPP e nas relações entre as e os sujeitos da educação (gestão, docentes, discentes e comunidade escolar), o terceiro aspecto será tratado de forma específica na camada “Escola” e, portanto, não estará expressa na análise que se segue:

Os dados levantados pelas cursistas da **Teia Zona da Mata** acerca do:

Aspecto 1:- Movimentos sociais, dimensões de participação e controle social

Mostram a existência de instâncias sociais de participação e controle social, bem como a existência de instâncias ligadas ao poder público de controle e acompanhamento das políticas educacionais, contudo, essas instâncias não são de conhecimento de todas as integrantes, aspecto que nos indica que ainda é necessário uma maior divulgação e viabilização de acesso deste tipo de informação.

Aspecto 2: - Sistema de Ensino: O lugar da EEQ dentro da estrutura educacional do município

Foram registradas pelas cursistas a existência da modalidade de ensino nos territórios mas de forma pouco organizada dentro das organizações municipais de ensino, sendo essa organização custeada por financiamento público.

Os dados levantados pelas cursistas da **Teia Norte de Minas** acerca do:

Aspecto 1:- Movimentos sociais, dimensões de participação e controle social

Mostram uma forte presença e conhecimento, por parte das cursistas, da existência de Movimentos Sociais nos territórios. Trazem também indicativos da existência do debate acerca da EEQ em instâncias do poder público como conselhos e fóruns ligados ao sistema público. A modalidade também está presente na organização do sistema municipal de educação na região. Os dados, ainda, mostram que uma parte considerável das/os cursistas desconhece os meios e as formas como se dá a participação e controle social nos territórios.

Aspecto 2: - Sistema de Ensino: O lugar da EEQ dentro da estrutura educacional do município

Foram registradas pelas cursistas da teia Norte de Minas várias experiências que dizem desta organização. Além do diálogo com a Superintendência Regional de Ensino - SRE, que gerencia a rede estadual nos territórios, e, portanto, dizem de escolas que estão sob a normatização das diretrizes estaduais da modalidade. Observamos a existência de outras frentes de organização da modalidade no âmbito municipal e também com parcerias com instituições federais de ensino superior. É um processo em curso que reflete o aspecto já descrito no aspecto anterior referente à participação social e o controle público, que desemboca em um movimento de institucionalização da modalidade.

Fizeram parte da discussão cursistas pertencentes a três comunidades quilombolas da Região metropolitana de Belo Horizonte: Comunidade de Pontinha, de Arturos e Pinhões. O grupo de cursistas desta teia guardou a particularidade de ser constituído majoritariamente por docentes da rede municipal de Belo Horizonte que não atuam em escolas quilombolas e também não são quilombolas. Essa peculiaridade expressa-se nas respostas dadas ao roteiro reflexivo proposto e precisa ser considerada nas análises aqui elaboradas.

Os dados levantados pelas cursistas da **Teia RMBH** acerca do:

Aspecto 1:- Movimentos sociais, dimensões de participação e controle social

Dizem de como a modalidade ainda é pouco conhecida dentre as cursistas. Embora haja registro da participação social de movimentos da sociedade civil organizada, não se observa grande expressividade no conhecimento detalhado deste tipo de participação. O mesmo pode ser observado em relação ao conhecimento acerca de instâncias do poder público onde as demandas da modalidade são pautas de análise e deliberação.

Aspecto 2: - Sistema de Ensino: O lugar da EEQ dentro da estrutura educacional do município

Observamos também que a modalidade é ainda algo recente dentro da compreensão acerca dos direitos educacionais. Há, por parte das cursistas, o desconhecimento em

relação às formas como essa modalidade comparece dentro do sistema municipal de educação e um conhecimento geral e inespecífico em relação à organização da modalidade no cenário nacional no que se refere às legislações federais. Há um número maior de cursistas que desconhece aspectos e marcos legais ligados à institucionalização da EEQ dentro dos sistemas de ensino. O mesmo pode ser observado em relação ao conhecimento sobre os recursos federais, estaduais e municipais destinados a essa modalidade, as cursistas sinalizam desconhecer a existência e a origem destes recursos em relação à organização da modalidade.

Andréia Martins da Cunha
Professora Formadora

3. Camada de Educação: escolas e docências

Na mesma direção da camada de Direitos, essa camada reuniu informações sobre as escolas quilombolas ou escolas dentro de território quilombola ou escolas não quilombolas, bem como, os pontos centrais que conectam trajetórias docentes diversas nas escolas que atendem estudantes quilombolas. Construindo, assim, o 3º indicador da EEQ que diz sobre as Diretrizes e normativas na organização escolar no PPP e nas relações entre as e os sujeitos da educação (gestão, docentes, discentes e comunidade escolar). Para tanto, os exercícios que embasaram os dados qualificáveis desta camada foram produzidos por meio das seguintes questões:

6º Diretrizes e normativas na organização escolar - no PPP e nas relações entre as e os sujeitos da educação (gestão, docentes, discentes e comunidade escolar)

1. Quais elementos da história da escola de sua comunidade você conhece? (Que escola é essa? Seu nome está relacionado à quem e por que recebe esse nome? Como surge no território? Ou, como passa a atender a comunidade quilombola? Sua localização foi escolhida a partir de quais critérios?)
2. O Projeto Político e Pedagógico da Escola Quilombola faz menção às DCEEQ? (Em quais trechos do PPP há menção à comunidade quilombola e a identidade quilombola? sua história, memória e tradições estão presentes na organização didática, currículo e pedagógica da escola?)
3. Como é a estrutura física da escola? (há diálogo com o território, com a comunidade? Atende às demandas da comunidade? é um espaço de fácil acesso para demandas da comunidade?)
4. Estrutura pedagógica da escola está em diálogo concreto com a comunidade? O Acervo da biblioteca; os livros didáticos; currículo e organização das disciplinas; a merenda escolar se constituem a partir de elementos próprios da comunidade quilombola em atendimento?
5. Como a prática docente está organizada?
6. A infância e juventude quilombola são pautas no planejamento pedagógico da escola?

Número de escolas dentro e fora de território quilombola



21 Escolas fora de território quilombola



30 Escolas em território quilombola

Teia	Escolas em Quilombos no curso	Escolas em Quilombos não cadastradas
Norte	14	02
Noroeste	02	00
RMBH	06	02
Zona da Mata	08	01
Total	30	05

Escolas não reconhecidas como quilombolas

5 escolas não estão identificadas como quilombolas no INEP 2023 (fonte: [Plano de enfrentamento à Covid 19 - População Quilombola - ADPF742 — Ministério da Igualdade Racial](#)) a saber:

Teia Norte:

Município: Olhos D'água - E. M. Joaquim Leal de Moura

Município: São Francisco - Escola Estadual Everardo Gonçalves Botelho

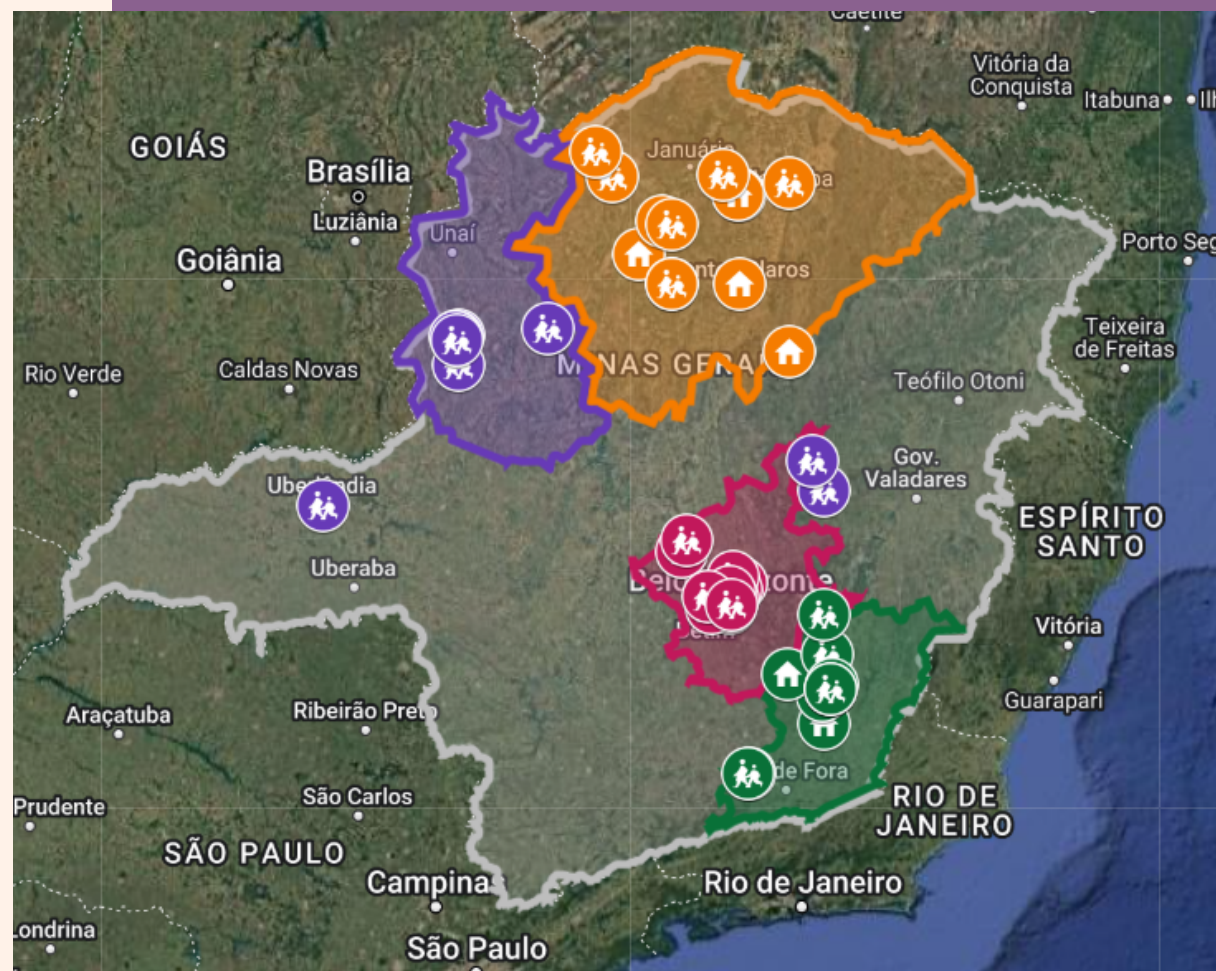
Teia Zona da Mata:

Município: Paula Cândido - E.E. Prof. José Maurílio Valente

Município: Ponte Nova - E.M. Luiz Martins Soares Sobrinho

Teia RMBH:

Município: Paraopeba - E.E. Padre Augusto Horta



Frame do mapa base focalizando todos os pontos da camada Educação: Escolas e Docências nas quatro teias do curso. Acervo do CAEREEQ. 2024.

Essa camada se constitui a partir da perspectiva interdisciplinar adotada para o trabalho das disciplinas Direitos Quilombolas, Políticas Sociais e Gestão da EEQ e Cultura, Memória Quilombola e Territorialidades Formativas desse curso. É fruto do esforço reflexivo realizado junto às/aos cursistas no sentido de buscar compreender o processo histórico e político de constituição de uma escola quilombola em contraponto à ideia de escola no quilombo. A disciplina de Direitos Quilombolas trouxe a essa camada dados oriundos do trabalho reflexivo que decorreu do Aspecto 3: Diretrizes e normativas na organização escolar - no PPP e nas relações entre as e os sujeitos da educação (gestão, docentes, discentes e comunidade escolar).

A proposta de exercícios reflexivos como ferramenta para a construção desta camada organizou-se com base em um roteiro de questões registradas no google forms. Este roteiro buscou a caracterização de cada contexto escolar em que as/os cursistas atuam quanto aos dados elementares (quantidade de docentes e estudantes, infra-estrutura) e a partir de análises sobre os índices no DATAESCOLA, no Censo Escolar, no PAR, associado à regulamentação das DCNEEQ e do PPP.

Para esse trabalho reflexivo a leitura analítica das legislações que normatizam a educação escolar quilombola em Minas Gerais foi pautada a partir do estudo do texto de Shirley Miranda (2015) que trata da constituição de uma escola quilombola. Foi também considerado como referencial teórico a tese de doutorado de Andréia Martins da Cunha (2022) no tocante aos dados sobre a organização da modalidade dentro do sistema de ensino de Minas Gerais. Compreendendo que cada escola se constitui como quilombola a partir de sua relação com o território e de seu envolvimento com as pautas reivindicatórias de cada comunidade, o estudo proposto objetivou ampliar as possibilidades de interpretação sobre a realidade analisada de cada escola envolvida neste processo.

Sobre as escolas



TEIA ZONA DA MATA

Neste exercício foram considerados os aspectos sobre a formação docente, os recursos didático-curriculares, a organização do Projeto Político Pedagógico das escolas e a forma como as e os atores da escola se relacionam entre si e com a comunidade. Pelo conjunto de respostas observa-se um baixo acesso a formação continuada na área específica da educação escolar quilombola.

Observou-se também a existências de ferramentas didático-pedagógicas disponíveis para trazer à prática docente elementos que dialogam com a perspectiva das diretrizes para a educação quilombola, mas nem sempre a docência está preparada para incluir esses elementos em sua prática, quer seja pela falta de formação, quer seja pelo baixo engajamento com a proposta política que embasa a constituição da modalidade.

Destaca-se dentre as respostas coletadas que um dos aspectos basilares da política de EEQ é o diálogo com o território para a construção da prática docente - aspecto relevante dentro do entendimento docente acerca da implementação da política. Neste exercício foram considerados os aspectos sobre a formação docente, os recursos didático-curriculares, a organização do Projeto Político Pedagógico das escolas e a forma como as e os atores da escola se relacionam entre si e com a comunidade. Pelo conjunto de respostas observa-se um baixo acesso a formação continuada na área específica da educação escolar quilombola em todas as teias. A seguir destacamos outros elementos observados em cada teia:



TEIA NORTE

Observou-se também a existências de ferramentas didático-pedagógicas disponíveis para trazer à prática docente elementos que dialogam com a perspectiva das diretrizes para a educação quilombola, mas nem sempre a docência está preparada para incluir esses elementos em sua prática, quer seja pela falta de formação, quer seja pelo baixo engajamento com a proposta política que embasa a constituição da modalidade.

Destaca-se dentre as respostas coletadas que um dos aspectos basilares da política de EEQ é o diálogo com o território para a construção da prática docente - aspecto relevante dentro do entendimento docente acerca da implementação da política.



TEIA RMBH

Observou-se também a existências de ferramentas didático-pedagógicas disponíveis para trazer à prática docente elementos que dialogam com a perspectiva das diretrizes para a educação quilombola, sobretudo, no que se refere à aplicação da Lei 10.639, que foi registrada pelas cursistas como aspecto presente na escolha de material literário e também como conteúdo nas disciplinas de história e artes.

Destaca-se, dentre as respostas coletadas, no que se refere à prática docente, que parte considerável das cursistas, não consideram as premissas da educação escolar quilombola por não atuarem em escolas quilombolas ou que atendam estudantes de comunidades tradicionais.

Sobre as docências

As docências, no âmbito das políticas públicas educacionais, configuram-se como ponto estratégico para a implementação de ações educacionais no contexto da educação básica. Pela atuação em sala de aula, em seu planejamento e escolha metodológica de recursos e materiais didáticos as e os docentes dão concretude às políticas e normativas educacionais em vigência, ou, em última instância, inviabilizam a implementação ou o sucesso dos projetos educacionais pensados para a organização da educação básica.

Consideramos nesta camada da cartografia da EEQ em Minas Gerais a abordagem de Miguel Arroyo (2007) acerca das imagens e auto imagens sobre o trabalho docente e sobre o processo de humanização desta prática que é originalmente humana. Ainda, consideramos os muitos contextos de atuação docente como elemento que corroboram com a formação deste profissional e também na forma como constitui sua prática e seu fazer pedagógico junto aos estudantes.

Em linhas gerais, nas teias que compõem esse processo de construção cartográfica, foram observados pontos singulares referente ao trabalho docente junto às escolas quilombolas ou aquelas que atendem estudantes quilombolas. São docentes que exercem alguma atividade coletiva ou social com pautas ligadas aos direitos sociais. Cerca de 80% dos e das docentes que participaram deste processo se auto identificam como sendo quilombolas e 62,5% estão ligados à uma comunidade quilombola pelo seu vínculo profissional com escola que está no território. São docentes que têm conhecimento do PPP da sua escola e se apropriam deste instrumento de forma consciente e ainda possuem entendimen-

to acerca das principais legislações educacionais que tratam da questão quilombola e dos processos de equidade racial dentro da organização do ensino, como é o caso da Lei 10639 de 2003.

Destacamos que um expressivo percentual (71,5%) das cursistas possuem vínculo profissional temporário com a rede de atuação, sendo designados para o exercício profissional por tempo delimitado. Aspecto que é característico dentro da rede estadual de ensino em Minas Gerais que, na ausência de concursos para ocupar os quadros docentes da escola, realiza processo simplificado, regido por resoluções específicas, para a contratação deste profissional. Essas legislações trazem um aspecto importante para as reflexões acerca da educação escolar quilombola no estado pois passam a considerar a premissa “preferencialmente quilombola” como ponto classificatório dentro deste processo de designação.

Neste sentido, observamos uma docência que aproxima seu fazer e sua prática ao território quilombola na medida em que sua atuação profissional se encontra com sua identidade territorial ou quando há um envolvimento profissional com as especificidades da modalidade que lhes garante um maior engajamento com a proposta pedagógica apresentada nas normativas. Essa aproximação se expressa pela forma como fazem a leitura crítica dos aspectos estruturantes da escola e dos documentos normatizadores.

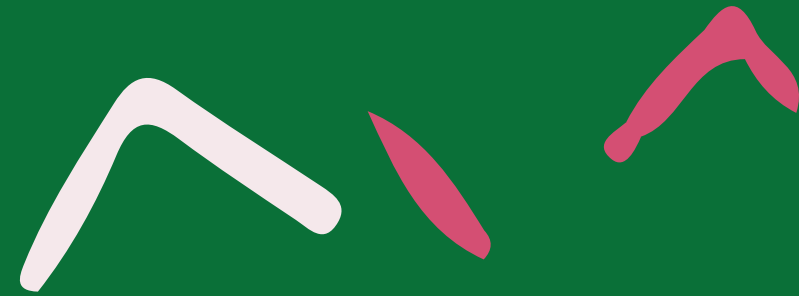
Andréia Martins da Cunha
Professora Formadora




Foto: Acervo Pessoal de Jair Amaral - Mestra Vagna Rosa - Quilombo de Pinhões em Santa Luzia - RMBH.



Foto: Arquivo Pessoal de Raul Lansky. AUDIÊNCIA PÚBLICA Impasses e Perspectivas da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais: Resultados do Curso de Aperfeiçoamento em Equidade Racial na Educação Escolar Quilombola - CAEREEQ UFMG realizada em 20/06/2024 na Assembleia Legislativa de MG.



MAPAS SÍNTESE E SUAS CAMADAS



Como parte do trabalho para a obtenção da certificação do curso, as/os docentes produziram por meio das atividades propostas pelas disciplinas, cada uma das camadas da cartografia sobre a EEQ em seus territórios e escolas. Ao final do curso chegou o momento dessas/es concluintes apresentarem o resultado de tanto estudo e esforço analítico na produção das audiências públicas para diálogo sobre os Impasses e Perspectivas da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais e nas teias Norte e da Zona da Mata.

No âmbito da disciplina Produção de Diagnósticos, conduzida pela professora Carmen Gonçalves foi possível auxiliar a produção das audiências públicas, a partir das indagações:

- 1. *O que querem manifestar?***
- 2. *Com quem desejam dialogar na Audiência Pública?***
- 3. *Que escola querem apresentar na Audiência Pública?***

Compreendemos que o primeiro passo foi verificar o que as/os cursistas em diálogo com suas comunidades quilombolas queriam deixar à vista, qual o cenário local vivido. Dali, foi importante a definição das parcerias mais adequadas para o diálogo, bem como, para o direcionamento objetivo e direto das demandas apresentadas a seus/suas possíveis interlocutores/as.

O retorno das/os cursistas, nesse sentido buscou a

garantia e a defesa do direito coletivo quilombola, expressos na demanda pelo direito ao uso coletivo de suas terras e contra a utilização especulativa imobiliária e de mineradoras, geradora de impactos ambientais nos territórios, seguido da exigência de respeito às tradições e cultura ancestral quilombola. A cobrança do estabelecimento de compromisso por parte do Estado com a efetivação e cumprimento da legislação que dá suporte à política pública quilombola também foi uma demanda apresentada.

Nesse processo de construção das audiências públicas ficou evidente que o controle social da política requer esforço conjunto com instituições e parceiros do legislativo, como também de lideranças e movimentos sociais com os quais as/os cursistas quiseram dialogar. A partir da escuta das demandas, desejos, potências, fragilidades e reivindicações realizamos junto às cursistas um processo de sintetização dessas considerações em três camadas no mapa-síntese detalhado a seguir.



↪ [Mapa-Síntese](#)

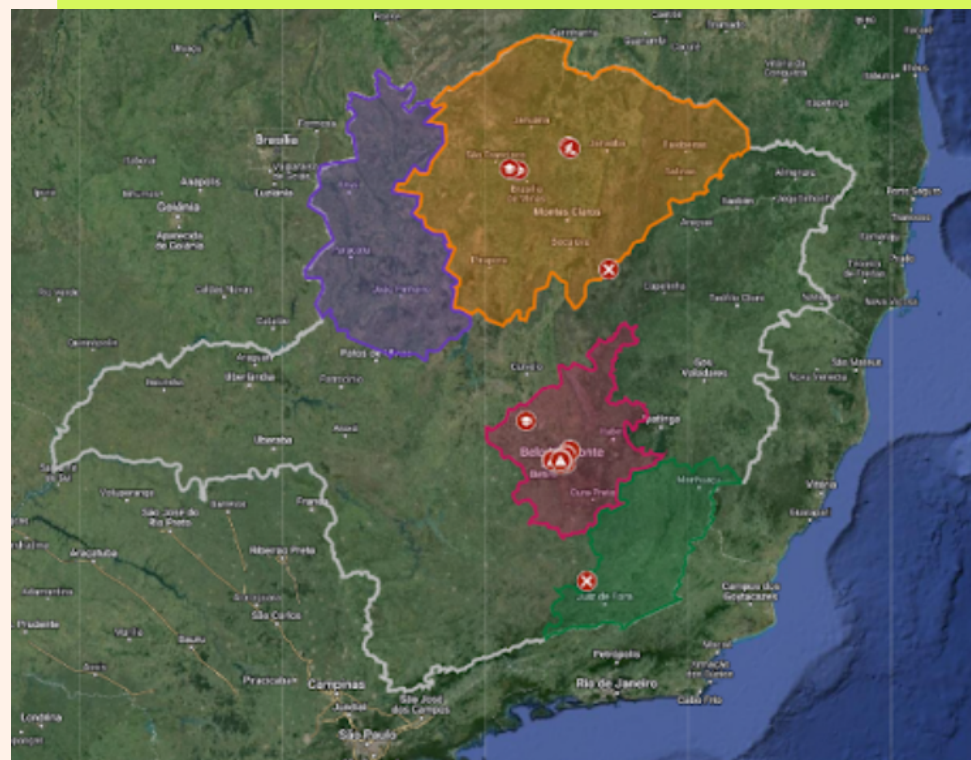
Este mapa representa o percurso empreendido pelas/os cursistas a partir de reflexões e discussões impulsionadas ao longo do curso. Trata-se da produção de conhecimento realizada pelas/os professoras/es cursistas e formadoras/es, enquanto pesquisadoras/es que interrogaram a realidade vivida nas escolas e nos seus territórios quilombolas.

A partir das discussões foi construído, em meio ao debate coletivo, uma estratégia interpretativa e organizativa das demandas evidenciadas, a qual denominamos “Tríade Denúncia – Renúncia – Anúncio”, sendo assim compreendida:



Denúncia é a constatação do descumprimento do direito, reveladora do quadro de desigualdade da realidade da Educação Escolar Quilombola vivida no território quilombola ou fora dele.

- *O que não está acontecendo?*
- *O que está obstaculizando a implantação da educação escolar quilombola?*



Frame do mapa base focalizando todos os pontos da camada Educação: Escolas e Docências nas quatro teias do curso. Acervo do CAEREEQ. 2024.

De quase 100 respondentes à pergunta:

Existem conselhos regionais de educação e/ou outras instâncias de participação social em seu município?

Apenas os conselhos a seguir foram identificados como espaços de participação das cursistas, a saber:

Teia	Quilombo	Conselho
Noroeste	Quilombo da Prata em Chapada Gaúcha	Conselho Municipal de Educação ligado à alimentação escolar. E regional só as ações da conferência nacional de educação
Norte	Brejo dos Crioulos em Varzelândia	Conselho Municipal de Desenvolvimento
RMBH	Pinhões em Santa Luzia	Conselho Municipal de Educação
Zona da Mata	Areião em São Domingos do Prata	Conselho Municipal de Educação
Zona da Mata	Namastê em Ubá	Conselho Municipal de Educação

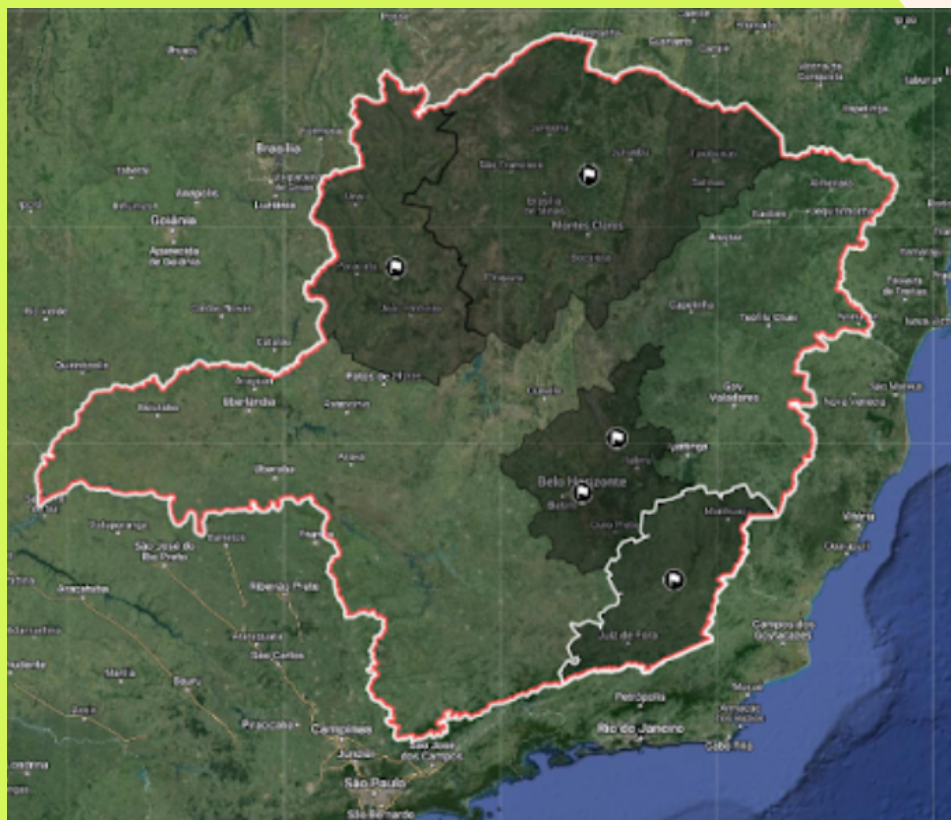
Os **contatos diretos** permanecem uma prática comum que remete à lógica do clientelismo fisiológico. A democratização de canais de consulta, como define a Convenção 169 da OIT, permanece uma demanda para o Estado. Observamos também o **desconhecimento sobre recursos financeiros** por parte das cursistas evidenciando a urgência de ampliação dos canais de participação para controle social das políticas que regulam a modalidade de ensino no estado. Além disso, encontramos diversas denúncias que revelam o descumprimento na efetivação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

- Precarização dos contratos de trabalho das/os docentes;
- Ausência de investimento na formação docente específica da modalidade e quando ocorre, dificuldade de liberação de professores para participação;
- Ausência de controle e participação social na formulação e condução da política de EEQ nos sistemas de ensino. (Os conselhos municipais não são conhecidos de maneira ampla e não possuem grande participação social);
- Fechamento e municipalização de escolas;
- Dificuldade de identificação de estudantes quilombolas pelas escolas dentro e fora dos quilombos;
- Ausência de plataforma com disponibilização de dados acerca da quantidade de escolas, vagas, recursos financeiros e demais informações da EEQ nos sistemas de ensino com presença de comunidades quilombolas;
- Escolas quilombolas não cadastradas como tal no MEC.



Renúncia é a rejeição das proposições das políticas públicas, estaduais ou municipais, que não colaboram para fazer funcionar a educação escolar quilombola em todas as suas dimensões.

Do que é preciso abrir mão para avançar?



Frame do mapa-síntese focalizando todos os pontos da camada de Renúncias nas quatro teias do curso. Acervo do CAEREEQ. 2024.

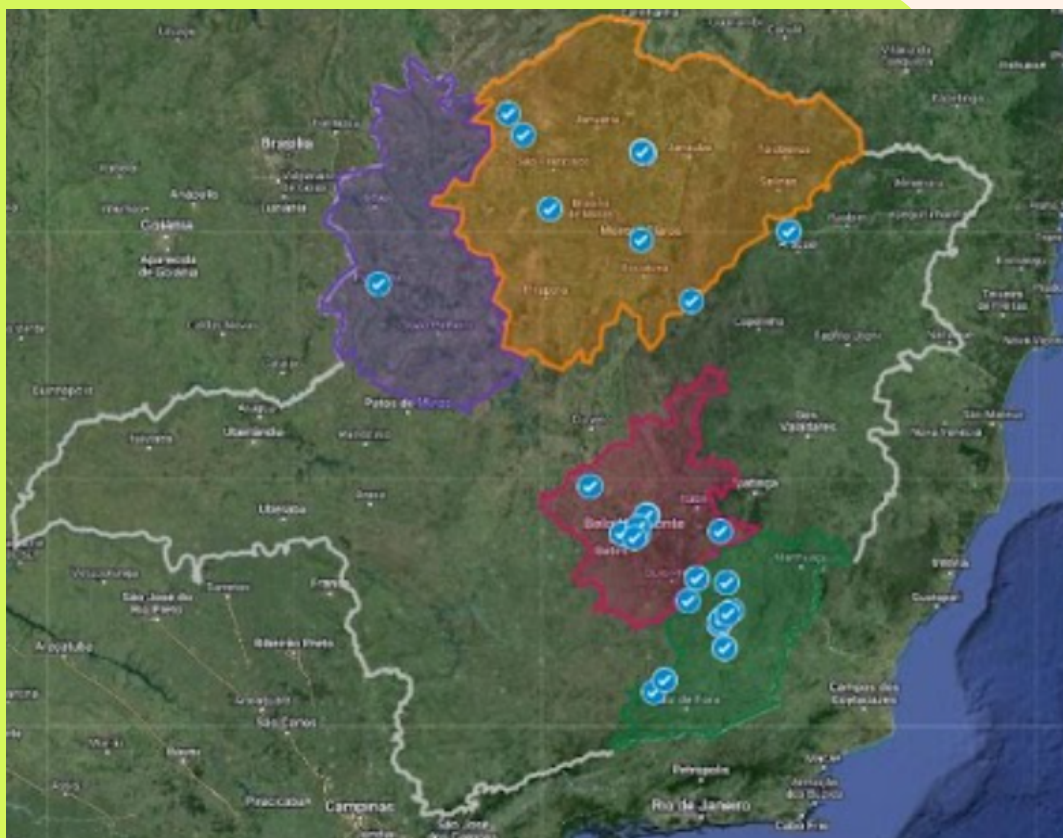
A **renúncia** das ações governamentais que não atendem ou não acompanham as demandas das comunidades também surgiram nos informando que aquilo que existe nas comunidades e escolas não atendem às DCNEEQ, tais como:

- À modelos pedagógicos que subalternizam as comunidades, tratando-as como uma experiência exótica;
- À lugares de participação institucional figurativos e sem poder dialógico;
- À ineficiência de programas de democratização ao acesso digital nas comunidades;
- Aos modelos de contratação de professoras e professores que não efetivam as/os quilombolas nas escolas presentes em seus territórios;
- À falácia sobre a Educação Nacional sem correlação com sistemas de ensino estadual e municipais.



Anúncio é aquilo que as comunidades/professores/escolas dos territórios estabelecem enquanto afirmação de identidade e agência quilombola.

O que está dando certo?



Frame do mapa-síntese focalizando todos os pontos da camada de Renúncias nas quatro teias do curso. Acervo do CAEREEQ. 2024.

Na composição da tríade temos o conceito de Anúncio, ou seja, êxitos e potências que emergem das comunidades e suas escolas. Observamos que as instâncias de maior atuação política se referem às associações de vínculo identitário, que são lugares de referência e construção de valores da educação quilombola. Essa informação nos alertou para anúncios de uma escola que pode pertencer à comunidade quilombola: quanto maior a articulação da escola com as organizações identitárias, maiores as chances de se colocarem na rota do pertencimento ao quilombo. Também evidencia o potencial dessas organizações para articular os processos de controle social. Nessa direção constata-se a:

A presença de redes de movimentos sociais, associações comunitárias e de Mestras/es da cultura quilombola que reforçam os valores quilombolas na Educação:

- Estes mobilizam direitos para estudantes quilombolas que ampliam direitos para todas as pessoas para além do próprio território quilombola. Exemplo: luta pelo transporte nos Arturos;
- Mantém o compromisso e a responsabilidade da comunidade com a Educação Comunitária. Exemplo: Biblioteca Tia Deca.

Além disso, observa-se a existência de práticas pedagógicas que:

- expressam as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola colocando a escola em aliança com as práticas culturais e sociais presentes nos territórios quilombolas;
- primam pela valorização e reconhecimento do repertório vivido e passado entre as gerações. Identificamos escolas em construção para a educação escolar quilombola.

Essa construção não teria sentido sem dinamizar o controle social da educação escolar quilombola, entendida como dispositivo da política social de igualdade racial no Brasil. Por isso, realizamos audiências e seminários com a participação da organização social das comunidades quilombolas.

Requerimentos

É importante dizer que as audiências públicas nos territórios foram processos de autogestão das cursistas, sendo o nosso papel o de mediação entre as análises e as proposições das demandas e requerimentos junto ao Poder Público. Por isso, ao longo do curso semeamos junto às/aos cursistas o processo de construção de um Comitê Gestor para acompanhamento dos compromissos assumidos pelas autoridades nas audiências públicas.

A seguir estão os requerimentos aprovados em comissão e que seguiram para tratativa dos órgãos competentes, a partir da [última audiência pública do curso](#), realizada na ALMG

em 20/06/2024. O acompanhamento das respostas deve ser feito junto às assessorias parlamentares que assinam os requerimentos.

Diante as seguintes denúncias foram aprovados os requerimentos:

- Precarização dos contratos de trabalho das/os docentes;

Requerimento de Comissão - 9390/2024

Ementa: Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação - SEE - pedido de providências para que priorize a lotação dos profissionais quilombolas nas escolas situadas nas comunidades quilombolas, adotando critérios e requisitos no processo de contratação temporária de trabalhadores da educação que favoreçam o atendimento dessas escolas; construa mecanismos de comprovação do pertencimento quilombola, em acordo com as organizações quilombolas, conforme determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; promova e incentive a formação continuada dos professores que atuam na educação quilombola; e garanta a liberação da carga horária de atuação dos docentes para frequência em cursos de aprimoramento profissional.

- Ausência de investimento na formação docente específica da modalidade e quando ocorre, dificuldade de liberação de professores para participação;



Requerimento de Comissão - 9387/2024

Ementa: Requerem seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e à Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - pedido de providências para a inclusão de professores quilombolas nos respectivos quadros de docentes.

- Dificuldade de identificação de estudantes quilombolas pelas escolas dentro e fora dos quilombos;

Requerimento de Comissão - 9391/2024

Ementa: Requerem seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de vagas reservadas para candidatos pertencentes a comunidades quilombolas no período de 2018 a 2024, nos termos do art. 3º da Lei nº 22.570, de 5/7/2017.

Requerimento de Comissão - 9392/2024

Ementa: Requer seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre o número de vagas reservadas para candidatos pertencentes a comunidades quilombolas no período de 2018 a 2024, nos termos do art. 3º da Lei nº 22.570, de 5/7/2017.

- Fechamento e Municipalização de escolas;


Requerimento de Comissão - 9386/2024

Ementa: Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação - SEE - pedido de providências para a interrupção imediata do processo de fechamento de escolas quilombolas sem prévia consulta às comunidades, conforme determina o parágrafo único do art. 28 da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 - LDB.

- Ausência de controle e participação social na formulação e condução da política de EEQ nos sistemas de ensino. (Os conselhos municipais não são conhecidos de maneira ampla e não possuem grande participação social):

Requerimento de Comissão - 9394/2024

Ementa: Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação - SEE - pedido de providências para que sejam publicadas as informações de execução orçamentária dos recursos destinados à educação quilombola de forma transparente no “site” oficial da secretaria; sejam disponibilizados canais efetivos de comunicação nas instâncias de participação do sistema de educação, em especial no Conselho Estadual de Educação, no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - ConsFundeb - e no Conselho Estadual de Alimentação Escolar; seja incluída representação de entidade da educação escolar quilombola nas listas tríplices específicas para composição do Conselho Estadual de Educação elaboradas por entidades da sociedade civil; 4. seja incluído, no ato da matrícula dos estudantes, mecanismo que identifique os alunos como pertencentes à comunidade quilombola, com o registro da comunidade à qual pertençam; e seja garantida a construção de projetos políticos pedagógicos das escolas



quilombolas que respeitem a cultura e as práticas locais e as diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.

- Ausência de plataforma com disponibilização de dados acerca da quantidade de escolas, vagas, recursos financeiros e demais informações da EEQ nos sistemas de ensino com presença de comunidades quilombolas;
- Escolas quilombolas não cadastradas como tal no MEC:

Requerimento de Comissão - 9393/2024

Ementa: Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o contexto de oferta da educação quilombola em Minas Gerais, especi-

ficamente com relação às questões a seguir: identificação e localização das escolas quilombolas municipais e estaduais no Estado, tanto as situadas nos territórios das comunidades quilombolas quanto as localizadas fora desses territórios mas atendam mais de 50% de alunos quilombolas; montante e situação da execução orçamentária dos recursos destinados à melhoria da qualidade de oferta dessa educação no Estado; procedimentos para cadastro das escolas nos sistemas de gerenciamento do Ministério da Educação como escolas quilombolas; número de solicitações de reconhecimento de escola de educação escolar quilombola, bem como o número de processos em tramitação e concluídos, nos termos da Portaria SEE nº 50, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta os procedimentos de análise e reconhecimento como educação quilombola em comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais.



REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga, XAVIER, Flávia Pereira; PAULA, Túlio Silva. Modelo conceitual para avaliação da infraestrutura escolar no ensino fundamental. Rev. bras. Estud. pedagóg., Brasília, v. 100, n. 255, p. 297-330, maio/ago.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023
Censo Demográfico 2022 Quilombolas Primeiros resultados do universo <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>

CORREA, Célia Nunes; XAKRIABÁ, Célia. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico
de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018.

Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>

CUNHA, Andréia Martins da. A educação escolar quilombola na comunidade de Pinhões–Santa Luzia/Minas Gerais: o entrecruzamento território, políticas públicas e docência. 2022.

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/58443/1/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESCOLAR%20QUILOMBO-LA%20NA%20COMUNIDADE%20DE%20PINH%C3%95ES%20SANTA%20LUZIAMINAS%20GERAIS%20O%20ENTRECRUZAMENTO%20TERRIT%C3%93RIO%2c%20POL%C3%8dTICAS%20P%C3%9aBLICAS%20E%20DOC%C3%8aNCIA.pdf>


Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%AAncia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf>

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4218/1/td_2081.pdf

DECRETO Nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65810-8-dezembro-1969-407323-publicacaooriginal-1-pe.html>

FERREIRA, Nara Torrecilha. Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. Educ. rev. 36 • 2020

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes Limitada, 2019.



HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 21 jul. 2022.

HOOKS, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Editora Elefante, 2020.

MALDONADO, Nelson Torres. La descolonización y el giro des-colonial. Revista Tabula Rasa, Bogotá, no 9, p. 61-72, jul.-dic. 2008.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”. Revista da associação brasileira de pesquisadores (as) negros (as)-abpn, 2016.

MIRANDA, Shirley; AMÂNCIO, Gil. Paulo. A terreiralização de mundos possíveis. In: Mundos possíveis: Culturas em pensamento / Mônica Medeiros Ribeiro, Fernando Mencarelli, organizadores. – Belo Horizonte: Incipit, 2022.

RESOLUÇÃO SEE n. 2.820, de 11 de dezembro de 2015. Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2015. Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2.796-15-r.pdf>. Acesso em 19 jul. 2022.

RESOLUÇÃO SEE n. 3.658, de 24 de novembro de 2017. Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2017. Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3658-17-r.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.

SILVA, Allyne Andrade. Direito, desenvolvimento e políticas públicas: uma análise jurídica do Programa Brasil Quilombola. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Givânia Maria da. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/12533/1/2012_GivaniaMariadaSilva.pdf

RESOLUÇÃO SEE n. 2.945, de 18 de março de 2016. Estabelece normas para escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice-diretor para o exercício em escolas estaduais localizadas em territórios quilombolas e dá outras providências. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2015. Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2945-16-r.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.

RISLER, Julia y ARES, Pablo. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

WALKER, Sheila S. (Org.). Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

FICHA TÉCNICA

Curso de Aperfeiçoamento em Equidade Racial na Educação Escolar Quilombola | CAEREEQ UFMG 2024

Coordenação

Shirley Aparecida de Miranda

Supervisão

Gilmara Silva Souza

Secretaria

Adriana Costa, Luciana Luz e Lígia Sabino

Financeiro

Fernando Alvarenga

Identidade visual e Mídias sociais

Jairza Fernandes

Docentes Formadoras

Andréia Martins, Augusto Azevedo, Carmen Gonçalves, Débora Rodrigues, Licínia Correa e Rodrigo Ednilson de Jesus.

Formadoras referência das Teias

Carina Veridiano, Diana Barbosa, Miriam Aprígio, Robeilto Borges e Wendell Lima.

Docentes convidadas/os

Nilma Lino Gomes, Ana Maria Queiroz, Givânia Maria da Silva, Siwê Braz Pataxoop e José Carlos Silvério Santos.

Cursistas

Aslene Marques Da Silva
Adriana Mendes Fonseca
Alcilia Da Silva Pinheiro
Alecyr Santos Macedo
Amanda Cristina Santiago Silva
Ana Carolina Santos Silva
Ana Paula De Souza Santiago
Ana Paula Pereira Da Silva Santos
Anamélia Pereira De Aquino
Andréa Da Silva Dias Ruffatto
Andreza Mara Da Fonseca
Angela Maria Franco
Anita Alves Pamplona
Annamélia De Araújo Souto
Antônio Júlio Gonçalves
Carla Cardoso Pereira
Carla Gonçalves Pereira
Carlucia Ferreira De Oliveira
César Augusto Lourenço De Andrade
Cíntia Barros Duarte
Claudenice Vieira De Jesus
Claudilene Alves Lopes
Debora Marcolino De Jesus
Diana Aparecida Cunha Barbosa
Doracy Soares De Jesus Oliveira
Edna Pereira Da Silva
Edvalda Maria Do Nascimento Tito
Eliana De Jesus Silva
Eliete Pereira De Aquino
Eone Aparecida Ferreira Da Silva Diniz Neto

FICHA TÉCNICA

Erlene Gomes De França
Ernane Alves De Santa Rosa
Fabiana Dias Da Silva
Fabiana Pereira De Castro
Fabiany Borges De França
Fernanda Aquino De Souza
Fernanda Ramos Pereira
Flavia Gonçalves Souza De Lima
Flavia Lucia Rodrigues Da Silva
Gilciene Marcolino De De Jesus
Gislene Silva Ribeiro
Helida Cristine Santos Mendes Barroso
Heloisa Batista Fernandes
Ildenizio Barbosa Da Silva
Joana Dark Rodrigues De Castro
Joel Aguiar Rego
Joselha De Fátima Nascimento
Josiane Henrique Pacheco Brígida
Josiane Vieira Da Silva
Juliana Ferro Gonçalves Leite
Juliana Luiz De Souza De Moura
Karine De Sousa Gonçalves
Kauane Cardoso Dos Santos Souza
Leandro Antonio Pereira
Liliane Laíne Dos Santos Silva
Lourdeares Fernandes De Souza
Luana Darck Celestino
Lucas Paulo Da Silva
Lucia Aparecida De Oliveira Pinto
Marcileia Conceição Firmiano
Maria Cássia Gonçalves De Souza

Maria Do Carmo Silva Ramos
Maria Ilda Pereira Da Silva Souza
Maria Inês De Souza
Maricelia Da Silva Palhares
Marlene Luiz De Souza Silva
Marluce Gonçalves Domingos
Marly Luiz De Souza
Matusalém Fernandes Ferreira Da Silva
Mônica Messias De Castro
Murila Gonçalves Pereira Santos
Naldino Marques Da Silva
Raquel Almeida Fernandes
Regina Célia Pereira De Aquino
Regina Soares Dos Reis
Reginaldo Ferreira Da Silva
Renata Aparecida Da Silva Caldas
Robeilto Francisco Borges
Roberta Moreira Alves
Ronei Pereira Da Cruz
Rosalia Cordeiro Barbosa
Rosângela Aparecida De Souza
Rosaria Do Carmo Luciano
Rosiane Moreira Dos Santos
Samay Graciele De Oliveira Antunes
Sandra Cândida Da Silva
Sonia Aparecida Araujo
Sonia Jacqueline Da Silva Bailon
Suelen Delmar Do Nascimento
Valdinéia Rodrigues De Moura
Valdirene Gomes De França
Valdirene Soares Dos Reis Pereira

FICHA TÉCNICA

Valeria Fatima Martins Miranda

Wellington Queiroz

Wiliana Da Silva Gonzaga

Zabide Oliveira Da Silva

Zenilda Ferreira Rocha

Equipe de produção deste caderno

Organização e edição

Augusto Azevedo, Gilmar Souza e Shirley Miranda

Capa, Diagramação e Projeto Gráfico

Luciana Terra - Mútua Criativa

FICHA CATALOGRÁFICA

C122 Caderno ananse CAEREEQ UFMG 2024 [recurso eletrônico] : registros para reverberações do Curso de Aperfeiçoamento em Equidade Racial na Educação Escolar Quilombola da UFMG / Gilmara Souza, Shirley Miranda (orgs.). -- Belo Horizonte : UFMG / FaE / Programa Ações Afirmativas, 2024. [60] p.

ISBN: 978-65-88446-77-5 (eletrônico).

[Vários colaboradores].

Bibliografia: f. [56-57].

1. Educação -- Relações raciais -- Teses. 2. Educação -- Relações étnicas -- Teses. 3. Quilombolas -- Aspectos educacionais -- Teses. 4. Quilombos -- Teses. 5. Negros -- Direito à educação -- Teses. 6. Professores -- Formação -- Relações raciais -- Teses. 7. Professores -- Formação -- Relações étnicas -- Teses. 8. Educação e Estado -- Minas Gerais -- Teses. 9. Minas Gerais -- Educação -- Teses. 10. Minas Gerais -- Quilombos -- Teses.

I. Título. II. Souza, Gilmara Silva, 1988-. III. Miranda, Shirley Aparecida de, 1967-.

CDD- 370.19342

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



caderno ananse | CAEREEQ UFMG 2024

